

A QUESTÃO JUDAICA NA EUROPA

Padre Raffaele Ballerini, edição especial de *La Civiltà Cattolica*, ano XLI, volume VIII, série XIV, Roma, 1890.

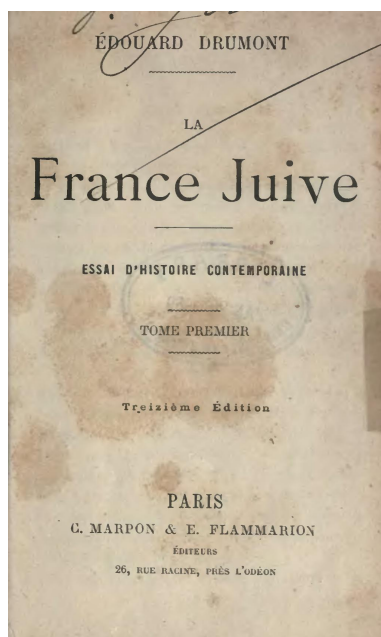
PARTE 1: AS CAUSAS

O século XIX se encerrará sobre a Europa, deixando-a às voltas com uma questão muito dolorosa, da qual, no século XX, poderão advir consequências tão calamitosas que forçarão a Europa a pôr-lhe fim mediante uma resolução definitiva. Referimo-nos à infeliz questão chamada “semítica”, que mais acertadamente se deveria denominar “questão judaica”, e que está intimamente ligada às condições econômicas, morais, políticas e religiosas do cristianismo europeu.

Quão urgente ela se faz no presente e quanto vem perturbando as grandes nações se evidencia pelo clamor coletivo contra a invasão dos israelitas em todos os setores da vida pública e social; pelas associações que se formaram na França, Áustria, Alemanha, Inglaterra, Rússia, Romênia e em outros lugares, para detê-la; pelos clamores que começam a fazer-se ouvir nos parlamentos; finalmente, pelo grande número de jornais, livros e panfletos que continuamente aparecem para apontar a necessidade de conter e combater a propagação desta peste, sublinhando as suas consequências mais perniciosas.

Há algum tempo, também nesta revista, tratamos desta questão específica, que é a social, sob aspectos mais críticos, históricos e científicos, e temos apontado as verdadeiras causas dos efeitos lamentáveis que agora se deploram cada vez mais. Mas o grande número de publicações que nos tem chegado recentemente às mãos, entre elas algumas de bastante importância, convida-nos a retomar o tema, resumindo em poucas páginas os seus múltiplos aspectos; e pensamos que ele merece amplamente ser considerado na Itália, onde o judaísmo reina como senhor, mas onde, não obstante a rica matéria disponível, ainda não surgiu quem escrevesse um tratado que pudesse competir com o respectivo de Édouard Drumont e que, a nosso ver, seria devorado com grande proveito.¹

¹ Aqui, uma lista das principais obras publicadas nos últimos anos, especialmente na França: *La France Juive* (“A França Judaica”), 2 vols.; *La fin d’un monde* (“O Fim de um Mundo”); *La dernière bataille* (“A Última Batalha”), de Édouard Drumont; *Le juif* (“O Judeu”), de G. des Mousseaux; *Études historiques* (“Estudos Históricos”), de Philip van der Haeghen; *L’entrée des Israélites dans la société française* (“A Entrada dos Israelitas na Sociedade Francesa”), do Padre Joseph Lémann; *Les Juifs, nos maîtres!* (“Os Judeus, Nossos Senhores!”), do Padre Emmanuel Chabauty; *Rome et les juifs* (“Roma e os Judeus”), do Padre Joseph Lémann; *La question juive* (“A Questão Judaica”), do Padre Marie-Théodor Ratisbonne; *Les juifs, rois de l’époque* (“Os Judeus, Reis da Época”), de Alphonse Toussenel, 2 vols.; *La France n’est pas juive* (“A França não é Judaica”), de Léonce Reynaud; *Le juif* (“O Judeu”), de Józef-Ignacy Kraszewski; *Pauvre*



Édouard Drumont, *La France juive* (2 volumes) (Paris, 1886)

A questão judaica do nosso tempo não difere muito daquela que afligiu os povos cristãos da Idade Média. Diz-se, de modo leviano, que ela surge do ódio contra a tribo judaica. O mosaísmo, em si mesmo, não poderia tornar-se objeto de ódio para os cristãos, pois, até a vinda de Cristo, era a única religião verdadeira, prefiguração e preparação do cristianismo, que, segundo a vontade de Deus, havia de suceder-lhe. Mas o judaísmo dos séculos posteriores [a Cristo] voltou as costas à lei mosaica, substituindo-a pelo *Talmude*, verdadeira quintessência daquele farisaísmo que, de tantos modos, foi condenado pelo repúdio de Cristo, o Messias e Redentor. E embora o talmudismo seja um elemento importante da questão judaica, não se pode dizer, em rigor, que ele lhe confira um caráter religioso,

Moschko! (“Pobre Moschko!”), de Karl Emil Franzos; *Il sangue christiano nei riti ebraici della moderna sinagoga* (“O Sangue Cristão nos Ritos Hebraicos da Moderna Sinagoga”), de Neophytos ex rabbino; *La juiverie* (“A Judiaria”), do Padre Georges de Pascal; *La piaga ebraica* (“A Praga Hebraica”), do Dr. Giovanni De Stampa; *Le juif, voilà l'ennemi!* (“O Judeu: Eis o Inimigo!”), do Dr. Martinez; *La prépondérance juive* (“A Preponderância Judaica”), do Padre Joseph Lémann; *La politique israélite* (“A Política Israelita”), de Daniel Kimon; *Socialismo: discussioni* (“Socialismo: Discussões”), de Dom Sebastiano Nicotra; *La Haute Banque et les Révolutions* (“A Alta Finança e as Revoluções”), de Auguste Chirac; *La Russie juive* (“A Rússia Judaica”), de Kalixt Wolski; *L'Algérie juive* (“A Argélia Judaica”), de Georges Meynié; *Le mystère du sang chez les juifs* (“O Mistério do Sangue entre os Judeus”), do Padre Henri Desportes. Gostaríamos de sugerir ao escritor italiano que deseje prestar um grande serviço à Itália que escolha, entre estas e outras semelhantes, o volume de Dr. Martinez, *Le Juif, voilà l'ennemi! Appel aux catholiques*, pois ele contém a essência do que expuseram os autores mais recentes e mais renomados, e discute com rara lógica e doutrina. Se for ampliado com notas úteis para a Itália, estamos convencidos de que terá larga difusão e será de grandíssima utilidade para abrir os olhos diante da revolução que mina, subverte e perturba a nossa infeliz península. Instamos, pois, para que surja este valoroso italiano e se lance corajosamente à sagrada tarefa. *Fiat lux!*

porque o que as nações cristãs desprezam no talmudismo não é tanto o seu virtualmente inexistente elemento teológico, mas sim a sua moral, que contraria os mais elementares princípios da ética natural.

A questão também não se origina da aversão por uma raça, como pareceria expressar o impróprio adjetivo “semítica” que lhe é atribuído. Antes de tudo, a tribo israelita não é a única no mundo a provir do nobilíssimo sangue de Sem. Tampouco se pode encontrar razão pela qual os arianos, descendentes de Jafé, deviam nutrir ódio hereditário contra a descendência de Sem, em cujas tendas, segundo a solene profecia de Noé,² deveriam até habitar em fraterna convivência. Por isso, consideramos a designação “semítica”, quando aplicada à questão judaica, e “semitismo”, quando aplicada ao judaísmo, como inadequadas, porque, excedendo o âmbito de seu significado, substituem o todo pela parte, gerando um conceito falso [quando não inflamado].

Não obstante, a aversão pela tribo acrescenta-se à questão e constitui um de seus capítulos, sendo o código religioso do *Talmude* outro capítulo. Além disso, a raça judaica, na medida em que é uma nação, embora como tal sem pátria fixa e sem organismo político, vive dispersa entre as nações, talvez não sem nelas se mesclar aqui e ali, mas mantendo-se à parte em tudo quanto possa gerar união social, e considerando-as inimigas ou mesmo vítimas destinadas à sua cobiça. É assim que a grande família israelita, dispersa entre os povos do mundo, forma uma nação *estrangeira* dentro das nações em que reside, e *inimiga* declarada de sua prosperidade, visto que o ponto cardinal do talmudismo é a opressão e a espoliação dos próprios povos que oferecem hospitalidade aos seus discípulos. Por causa disso, São Paulo, ao fim de seus dias, caracterizou os judeus como desagrandando a Deus e sendo hostis a todos os homens: *Deo non placent, et omnibus hominibus adversantur* [“Eles (mataram tanto o Senhor Jesus como os profetas, e nos perseguiram), não agradam a Deus e são adversários de todos os homens.”]³

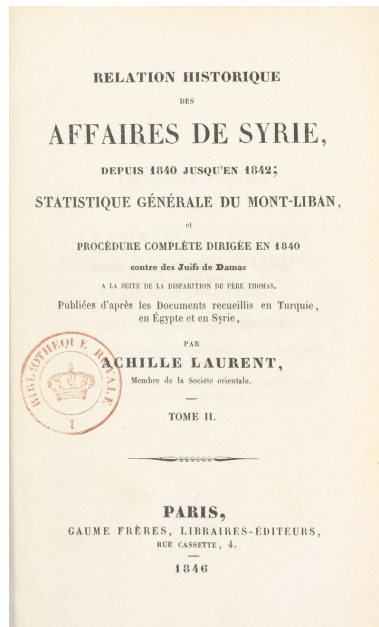
E que o sinistro código do *Talmude*, mesmo para além das regras de uma execrável moralidade, ordena o ódio a todos os homens que não possuam sangue judeu, especialmente aos cristãos, e torna lícito espoliá-los e maltratá-los como se fossem feras nocivas, já não constitui um dos seus pontos doutrinários passíveis de negação. Não se trata da obra de [August] Rohling, a quem nós mesmos reconhecemos ser um escritor que, em parte, se entrega a fantasias e inventa citações arbitrárias, mas sim do estudo mais cuidadoso e mais sério da *Mishná*, que é o texto do *Talmude*, e da *Guemará*, que é o seu comentário, além do estudo de diversos rabinos, inclusive os mais notáveis dos tempos passados e presentes,⁴

² Cf. Gn 9,27. (N.T.)

³ I Ts 2,18.

⁴ Esses comentários dos rabinos de hoje não se encontram no próprio *Gemará* do século VI, mas

que dissipa qualquer dúvida a esse respeito. Bastaria consultar a obra de Achille Laurent, que os judeus quase fizeram desaparecer de circulação porque nela se revelam magistralmente os segredos do talmudismo relativos ao extermínio da civilização cristã, sendo, portanto, capaz de persuadir mesmo os mais relutantes e os mais céticos.⁵ Já apresentamos, aliás, provas incontestáveis disso no passado, cuja repetição seria aqui supérflua.



Achille Laurent, *Rélation historique des affaires de Syrie* (2 volumes) (Gaume Frères, 1846)

Além disso, será útil referir-nos a dois documentos que estabelecem de modo claríssimo a verdadeira condição dos israelitas nos países que lhes concedem refúgio, bem como a razão principal dos problemas que aí criam e, por consequência, da aversão que suscitam. O primeiro documento provém do famoso consultor jurídico Portalis, redigido no início deste século, quando Napoleão I tencionava reconhecer legalmente a plena igualdade civil dos judeus com os franceses. O erudito que elaborou o respectivo parecer — do qual chegará ainda o dia em que *meminisse iuvabit* (“lembrar será útil”) — observou que, tratando-se dos hebreus, a tolerância religiosa para com eles não devia ser confundida com a concessão do estatuto civil. E declarou:

“Pois os judeus não são simplesmente uma seita, mas um povo. Esse povo, que na Antiguidade possuía sua própria terra e governo, foi disperso, mas não destruído: anda errante pela terra à procura de refúgio, mas não de uma pátria; encontra-se presente em todas as nações, mas não se funde com nenhuma delas; estabelece-se como estrangeiro em terra estranha. Tal fato provém da própria natureza das

suas visões farisaicas são, por eles, consideradas como estando em tradição única com o *Talmude*. (N.T.)

⁵ *Rélation historique des affaires de Syrie* (Gaume Frères, 1846).

instituições judaicas. Assim como a conquista foi o fim supremo do poder de Roma, a guerra o da república de Esparta, a cultura o do Estado de Atenas, e o comércio o do domínio dos cartagineses, a religião é o fim supremo da tribo hebraica, para a qual a religião é tudo, a base e a lei de sua sociedade. Daí decorre o fato evidente de que os judeus, em toda parte, formam uma nação dentro da nação; e, embora vivam na França, na Alemanha, na Inglaterra, jamais se tornam franceses, alemães ou ingleses. Permanecem judeus, e somente judeus.”

Uma verdade posteriormente confirmada com aspereza por [Adolphe] Crémieux, o grande vassalo do judaísmo dominante, e pela revista judaica *L’Alliance israélite*, que definiu o hebreu como *o homem de um inexorável universalismo*. Donde conclui Portalis, com plena propriedade, que está perfeitamente de acordo com a justiça que tal espécie de corpo estranho, que, em virtude de suas instituições, princípios e costumes, permanece sempre alheio à sociedade comum, fique sujeito a leis de exceção.

O outro documento é o manifesto de trinta e um membros da câmara legislativa da Romênia, dirigido às potências que, em 1868, se arrogaram o direito de impor ao seu Estado a lei da igualdade civil dos hebreus. Em substância, esses parlamentares afirmam:

“Os judeus, obedecendo à necessidade, conformam-se exteriormente com a autoridade do Estado não-judeu; mas jamais conseguem consentir em tornar-se parte integrante dele, porque são incapazes de renunciar à ideia do seu próprio Estado. Não constituem apenas uma seita religiosa, mas um complexo de singularidade indelével de nascimento e de convicção inabalável numa nacionalidade exclusivamente judaica, que todos, sem exceção, mantêm no seio dos outros povos. Por isso, é-lhes impossível unir-se por sangue a outros povos, e impossível compartilhar com eles seus sentimentos, que são em tudo diretamente opostos aos dos cristãos. E o maior obstáculo reside na religião, que é, para eles, lei religiosa e civil ao mesmo tempo, constituindo, assim, culto e organismo político e social. Donde resulta que o judaísmo, onde quer que se estabeleça, funda necessariamente um Estado dentro do Estado.

“No que concerne à gratidão para com os povos que lhes oferecem abrigo, os israelitas consideram-se absolvidos, pois os têm por usurpadores. Ao contrário, empregam todos os meios para alcançar a supremacia sobre eles, supremacia que acreditam ter-lhes sido assegurada pelo Antigo Testamento. O tempo que passam no seio dos outros povos é, para eles, por assim dizer, um tempo de penitência, punição e exílio; e os habitantes dos países que os hospedam são considerados inimigos que, tão logo chegue a hora prometida do domínio judaico universal sobre o mundo, devem ser subjugados.”

O corolário dessa situação é que o judeu, em parte alguma, possui uma pátria, isto é, a terra de seus pais, e, portanto, tal corolário é o *patriotismo* de que se gaba continuamente e de cujo apóstolo se apresenta, mas apenas com o fito de atingir o seu objetivo de arruinar e devorar as nações que lhe concederam o direito de cidadania. Uma audaz impostura. Eis também a razão pela qual o mais odioso dos ofícios — o de traidor e espião — é uma de suas características. É bem conhecido o dito de Bismarck: “*Deus criou o hebreu para servir ao homem que precisa dele como espião*”; e também o do conde Cavour, que costumava dizer de certo hebreu, seu confidente: “*É-me utilíssimo para fazer chegar ao público o que eu quero que se saiba. No exato momento em que termino de falar com ele, já me traiu.*”

Em julho, o *Kreuz-Zeitung* (“Jornal da Cruz”), de Berlim, publicou este relato de um oficial do exército:

“Durante a guerra de 1870, fui designado para o 10º Corpo, comandado pelo general Voigts-Rhetz. Concederam-lhe 100.000 táleres para pagar espiões. Voltou a Berlim sem ter tocado nessa soma, porque não conseguiu recrutar nenhum francês. Entretanto, em 1866, na guerra contra a Áustria, foi diferente: os judeus apresentaram-se em grande número e nos venderam, por preço irrisório, todas as informações sobre os movimentos do exército imperial; esses judeus eram cidadãos austríacos e, portanto, espiões voluntários.”

A história está repleta de traições cometidas por hebreus em detrimento do Estado, bem como de pessoas públicas ou privadas. Há poucos anos, o judeu Goldsmit roubou e vendeu documentos ultrassecretos do Estado prussiano. O judeu Klotz traiu o general inglês Hicks e suas tropas, que então foram massacradas pelos bárbaros do Mahdi, no Sudão. O judeu Adler abusou da confiança que Krajewski nele depositara e o entregou aos prussianos. O judeu Deutz traiu a Duquesa de Berry por 500.000 francos. E assim já foi nos séculos passados, desde o judeu Sedecia, que envenenou Carlos o Calvo, até a judia Paiva, que ultimamente andava empenhada em obter planos de batalha do exército francês, em Paris, para vendê-los.

O outro elemento que torna o organismo dos hebreus nos países cristãos extremamente perigoso e multiplica por cem a aversão que ali lhes têm é a superstição extraída do *Talmude*, segundo a qual os israelitas não apenas constituem a *raça mais elevada* da humanidade — composta, no restante, apenas de raças inferiores a eles — mas também possuem, por pleno direito divino, o título exclusivo de posse de todo o universo, que um dia gozarão. Em virtude dessa crença insana, o judaísmo se insinuou por toda parte; e pode-se dizer que tal crença é o dogma central daquilo que os judeus chamam sua religião. Nela reside a depravada doutrina do *messianismo*, que professam desde o século III da era

cristã, época em que foi compilado o *Talmude babilônico*, até hoje; e quem quer que, acompanhando o correr do tempo, siga os comentários dos maiores rabinos, encontrará essa doutrina sempre firme e idêntica, como em nossos dias o revela o judeu [Benjamin] Disraeli, que se tornou Lord Beaconsfield e chefe do governo da Grã-Bretanha. Ele, que assumiu a cor anglicana para ascender ao poder, escreveu em seu famoso livro *Coningsby*:

“Nenhuma lei penal, nenhum tormento físico jamais fará com que uma raça superior seja devorada por uma raça inferior. A bastardizada e perseguidora (a nossa cristã) desaparece, mas a de sangue puro e perseguida (a judaica) reina e subsiste. É, pois, em vão que investem contra nós, judeus, contaminando-nos e humilhando-nos, enquanto eles mesmos se dissolvem através de séculos e décadas de séculos: a alma do judeu se ergue e retoma o seu caminho, avançando, e já em nossos dias exerce uma influência sobre os assuntos da Europa que é absolutamente milagrosa.”

Ele acrescentou isso depois de haver assegurado que “o mundo moderno é governado por pessoas bem diferentes daquelas que imaginam os que não conseguem ver o que se passa por trás dos bastidores”; e com isso pretendia dizer que os judeus manipulam tudo desde as sombras.

Se necessário fosse, poderíamos acumular provas dessa orgulhosa crença, colhendo-as ao longo dos séculos. Mas seria supérfluo fazê-lo. A falsificação da tradição profética relativa ao Messias e ao Seu reino entre o povo — que é a Igreja — começou já com a destruição de Jerusalém e a dispersão ou escravidão do povo judeu pelos romanos vitoriosos. Suetônio transmitiu essa memória em suas *Vidas dos Doze Césares*: “*Percrebuerat Oriente toto vetus et constans opinio, esse in fatiis, ut eo tempore Judei profecti rerum potirentur.*” (“Por todo o Oriente se espalhara a antiga e constante opinião de que estava nos desígnios do destino que, naquele tempo, os judeus surgissem para tomar o poder.”). E, em sua historiografia, Tácito corroborou essa crença: “*Pluribus persuasio inerat, antiquis sacerdotum literis contineri eo ipso tempore fore ut valesceret Oriens, profectique Judei rerum potirentur.*” (“Muitos estavam persuadidos de que, nos antigos escritos dos sacerdotes, estava previsto que justamente naquele tempo o Oriente se tornaria poderoso, e os judeus surgiriam para tomar o poder.”). De modo semelhante fala São Jerônimo, competentíssimo quanto às opiniões verdadeiras e falsas dos judeus.

[David Paul] Drach, convertido ao cristianismo e profundo conhecedor do Talmude e dos mistérios judaicos, explica assim a doutrina dos antigos e modernos mestres de Israel: “*O Messias deve ser um grande conquistador que submeterá as nações ao jugo dos judeus. Estes voltarão a tomar posse da Terra*

*Santa, vitoriosos e carregados das riquezas arrebatadas aos infiéis. O objetivo da vinda do Messias será libertar o Israel disperso, reconduzindo-o à Terra Santa e estabelecendo aí um reino temporal que deverá durar até o fim do mundo. Então, todos os povos estarão sujeitos aos judeus, os quais disporão das pessoas e dos bens a seu bel-prazer. Os doutores e rabinos da Sinagoga costumam concluir seus discursos invocando esse triunfo e todas as bênçãos que esperam da vinda de um Messias dessa natureza. Mas uma dessas bênçãos é o momento ardentemente desejado do massacre dos cristãos e do extermínio completo da seita do Nazareno.*⁶

O mesmo conceito, embora levemente modificado, é cultivado por estes judeus modernizados, que já não dão grande importância às rançosas lendas do *Talmude*. O Messias propriamente dito é substituído por um *povo messiânico*, isto é, os israelitas, predestinados (embora eles mesmos não saibam como nem por quê) a dominar toda a humanidade.⁷ Tal conceito, entre outros dos tempos recentes, provém de Crémieux, apóstolo dessa ideia e um dos principais fundadores do poder judaico atual, que comentou:

⁶ *L'Église et la Synagogue*, p. 18–19.

⁷ O messianismo pode ser encontrado em várias apostasias judaicas completamente desvinculadas da Bíblia. Primeiramente está o sistema de usura que fundamenta todo o poder judaico moderno. Que esse sistema, como todos os sistemas não-bíblicos, é um sistema de morte, foi demonstrado por Aristóteles em sua *Política*, 1:3:23. Uma vez que todo o ouro do sistema está emprestado, o ouro não consegue gerar seus próprios “filhotes” ou liquidez para pagar os juros. Por exemplo, se 140.000 toneladas de ouro forem emprestadas a 10%, e só houver 140.000 toneladas de ouro no mundo, é impossível que 154.000 toneladas possam ser pagas ao final do ano, quando vencer o empréstimo. As 14.000 toneladas extras de ouro simplesmente não existem. Seguem-se as inadimplências. Assim, o judeu usurário na Idade Média reunia toda a riqueza da nação em suas mãos até ser expulso. São Tomás de Aquino, na *Suma Teológica*, em “Sobre o pecado da usura” (Q. 78, Art. 1, Parte II-II), escreveu: “*Respondo que tomar usura por dinheiro emprestado é injusto em si, porque isto é vender o que não existe*”. Os séculos XVIII e XIX introduziram, via usurários judeus como os Rothschilds, os sistemas fraudulentos de papel e crédito, como descrito por J. W. von Goethe em *Fausto*, Parte 2. Aqui, a liquidez, ou “filhotes”, foi criada artificialmente na forma de papel e crédito para servir aos juros, mas esse sistema também é contra a natureza e contra Deus, pois cria fraudulentamente valor do nada. (Cf. Lv 19,36, que legisla contra essa fraude; Ex 22,25; Lv 25,36–37 e Dt 23,19–20 para as proibições de usura.) Como a usura continua acumulando-se sem cessar, o papel e o crédito precisam ser continuamente criados pelos bancos centrais e privados para pagar os juros, até que o sistema se torne tão fracionado que se desintegre, como ocorreu na Alemanha entre 1914–1923. À medida que essa fracionização ocorria, os Rothschilds “manipulavam a quantidade e o fluxo do dinheiro de modo a poder influenciar, senão controlar, governos de um lado e indústrias do outro.” (Carroll Quigley, *Tragedy and Hope*, The Macmillan Co., N.Y., 1966, p. 51). Se os Rothschilds quisessem se livrar de um governo, contraíam a oferta de crédito através do banco central sob seu controle, criando depressão econômica e convulsão política, como fez o Barão parisiense Edouard de Rothschild entre 1929–1932 nos Estados Unidos para derrubar os republicanos protecionistas que ameaçavam interromper seus empréstimos internacionais. Naturalmente, vendiam sua carteira de ativos antes da crise, e recompravam-na depois. A enorme riqueza assim acumulada é usada para fomentar heresias como ricardianismo talmúdico, darwinismo talmúdico, marxismo talmúdico, freudismo talmúdico e einsteinismo talmúdico, os quais serão tratados em notas posteriores. Portanto, moeda fiduciária e crédito são meros mecanismos farisaicos de controle. (N.T.)

“Israel jamais terá fim. Sua pequena família é a grandeza de Deus. Um messianismo dos novos tempos nascerá e se desenvolverá. Uma Jerusalém de uma nova ordem, sagrada e situada entre o Oriente e o Ocidente, sucederá à cidade bifronte dos Césares e dos Papas.”

Stamm, um hebreu alemão, publicou um livro para anunciar ao mundo que “o reinado da liberdade universal na terra será instaurado pelos judeus”; e nós já vimos qual é a bela liberdade que esses insensatos sonham para os cristãos. Outro deles, natural de Frankfurt, escreveu já em 1858:

“Roma, que há 1800 anos esmagou os judeus sob seus pés, terá de cair em ruínas pela intervenção desse mesmo povo, o qual, agindo assim, espalhará sua luz sobre o universo e trará à humanidade a maior das vantagens.”

Assim, deve-se manter a afirmação de que o judaísmo é sempre uma força estrangeira e sempre hostil nos países onde cria raízes, sendo também uma força tendente a dominar e subjugar os habitantes, em virtude de suas constituições dogmática e civil, jurídica e nacional. E o judaísmo faz isso por todos os tipos de artifícios maldosos e perfídia.

O que acaba de ser dito é comprovado tanto pelas doutrinas quanto pelos fatos cotidianos mais evidentes.

Quanto às doutrinas, eis aqui alguns pontos centrais da instrução moral e religiosa que são impostos e inculcados pelo *Talmude*, o supremo código de toda essa raça. O princípio fundamental da moral judaica, do qual derivam as normas de comportamento prático em relação ao próximo, afirma que os outros homens, comparados ao hebreu, não passam de bestas animais. O *Talmude* exclama:

*“Ó descendência de Abraão, o Senhor vos falou pela boca de Ezequiel: vós sois o meu rebanho; isto é, vós sois seres humanos, ao passo que os outros povos deste mundo não são de modo algum humanos, mas animais.”*⁸

O judeu que violenta e mata uma mulher não judia deve ser absolvido em tribunal, pois cometeu mal apenas contra “uma égua”.⁹ Maimônides, considerado infalível nos guetos, declara em seu tratado sobre homicídio que o israelita que mata um *goy* ou um homem não judeu não pode ser punido. Não basta isso? Um dos livros de autoridade em Israel afirma seriamente que “os não judeus são animais negros” ou, em outras palavras, javalis selvagens.¹⁰ E assim são tratados todos os que não pertencem à sua nacionalidade por essa raça, que, por seus excessos sexuais, causava nojo até mesmo aos romanos da época dos Césares, de tal modo que

⁸ Tratado *Bava Metzia*, fol. 114, 1.

⁹ Tratado *Berakhoth*, fol. 88, 1.

¹⁰ Tratado *Salkutre Ubeni*, fol. 10, 3.

Tácito a chamou de *proiectissima ad libidinem gens* (“um povo entregue completamente à devassidão”).

É o bastante? Não, pois o *Talmude* eleva o judeu acima de toda a humanidade; e ensina que um israelita é mais agradável a Deus do que os próprios anjos do paraíso; que ferir um judeu é ferir a Deus; que o não-hebreu, aquele que agride um filho de Jacó, não merece senão a morte.

Outro capítulo edificante da moral judaica é o que, no *Talmude*, trata do juramento. Três judeus reunidos em juízo têm o poder de anular qualquer juramento e absolver qualquer promessa feita. Drach explica bem essa cerimônia, que se chama *Kol-Nidrei*. O *Talmude* afirma que esses três juízes possuem a mesma autoridade que o Tribunal de Moisés.¹¹

Além disso, os hebreus possuem diversos rituais externos e variadas fórmulas ou paráfrases pelas quais se propõem a invalidar o juramento ao qual, contudo, juram. Todo esse acúmulo de malícias, que eles e seus partidários imputaram caluniosamente à moral dos jesuítas, é, ao contrário, praticado por eles próprios com religiosa ausência de escrúpulos. Melhor ainda, na noite anterior à festa do Kipur, eles se absolvem, por meio de alguns de seus ritos e contradições, de todos os vínculos de consciência que tenham contraído sob forma mais solene e obrigatória, assim cumprindo (ou não cumprindo) todas as suas obrigações de consciência, passadas, presentes ou futuras, conforme lhes convém e lhes seja vantajoso. Ademais, segundo o *Talmude*, num caso entre um cristão e um hebreu, o juiz judeu deve sempre, na medida do possível, fazer o seu compatriota judeu vencer.

De modo semelhante, esse código moral permite, e até ordena, que o judeu se apodere de coisas perdidas por um não judeu. Eis a incrível razão: “*Devolver algo ao não judeu significa tornar-se indigno da misericórdia de Deus*”.¹² E, de fato, Maimônides recorda a obrigação estrita de praticar tal fraude: “*Quem devolve alguma coisa, comete pecado, porque aumenta o poder dos ímpios*”.¹³

A legitimidade de roubar os cristãos é impudentemente ensinada pelas escolas rabínicas. “*Uma vez que a vida dos idólatras (como os judeus consideram os cristãos) foi deixada ao arbítrio dos israelitas, muito mais o foi a sua riqueza*”. Essa é a doutrina do rabino José Albo.¹⁴ Os bens dos cristãos, segundo o *Bava Baria*, são — ou devem ser — como o deserto ou a beira-mar: pertence a quem primeiro se apoderar deles, desde que esse primeiro seja um israelita. Assim

¹¹ Tratado *Rosh Hashanah*, fol. 25 ff.

¹² Tratado *Bava Kamma*, fol. 29, 50; e Tratado *Sanhedrin*, fol. 76, 5.

¹³ *Mishneh Torah*, Livro XI (*Nezikin*), *Hilchot Gezeilah va-‘Avedah*, cap. XI, art. 3 e 4.

¹⁴ *Sefer ha-‘Ikkarim* (“O Livro dos Princípios”), parte III, cap. 25.

ensina o rabino Pfefferkorn.¹⁵ *“É permitido enganar um cristão tanto quanto possível. A usura imposta a um cristão não é apenas permitida, mas até uma boa obra, e, por essa razão, é lícito praticá-la até mesmo em dias santos. Mas o cristão deve ser explorado pela usura até ficar arruinado”*.¹⁶ Estes documentos rabínicos são considerados sagrados.

Que esse florilégio da moralidade judaica — as quais contêm ainda mais torpezas, com as quais não desejamos sujar nossa pena — não cai em ouvidos surdos, é algo sabido pela experiência de todas as nações afligidas por essa raça. O ilustre Maxime du Camp já publicou uma monografia sobre os ladrões judeus de Paris, que mereceria ser traduzida para todas as línguas.¹⁷ Mas o coronel Cerfbeer, judeu de nascimento, calculou, em seus estudos de 1847 na França, que o número de judeus condenados por roubo dobrava, em relação ao número de franceses condenados pelo mesmo motivo, e acrescentou este alerta de valor inestimável:

*“O que diferencia os delinquentes hebreus dos demais é que seus crimes possuem uma perversidade mais maligna, porque são fruto de premeditação. Tais crimes incluem extorsão, falsificação, usura, caça a heranças, falência fraudulenta, contrabando, falsificação de moeda, venda fraudulenta de bens hipotecados, chantagem, estelionato e fraude de todo tipo, e com toda sorte de circunstâncias agravantes.”*¹⁸

Exceto que, quarenta anos mais tarde, a ética talmúdica havia progredido ainda mais, sendo o pior que, graças à igualdade civil que o judaísmo então desfrutava em quase toda a Europa, a maior parte dos crimes cometidos pelos judeus permanecia impune de um modo ou de outro, e às vezes até era recompensada com fitas de cavalaria, cruzeiros ou títulos de barão.

Assim, quem quer que investigue os fatos e documentos objetivamente não pode senão concluir que jamais existiu ambição mais louca, mais tenaz e mais impudentemente confessada do que a dos judeus. Eles se arrogam a si mesmos a conquista do mundo, o domínio sobre todos os reinos que tiverem vencido, a sujeição de todos os povos. E atribuem a si mesmos o direito de reivindicar todas as riquezas do universo como posses legítimas que Deus lhes teria dado. Com efeito, ao se ler e ouvir falar de um punhado de homens — cerca de 8 milhões — lançando esse desafio monstruoso à face de um bilhão e meio de outros, e vangloriando-se seriamente de um dia vencê-los, tem-se a impressão de estar num sonho!

¹⁵ “Dissertações Filosóficas”, p. 11.

¹⁶ *Shulcan Arukh, Choshen Mishpat*, fol. 348, n. 1 *Yoreh De'ah* 159 n. 1.

¹⁷ Cf. *Revue des deux mondes*, 1º de junho de 1869.

¹⁸ *Les Juifs*.

Não obstante, jamais cessam de se lamentar das perseguições que sofreram no passado e que ainda sofrem aqui e ali! Mas essas perseguições foram e são consequência de sua loucura criminosa. Em toda parte ostentaram e ostentam sua ambição ávida; em toda parte proclamaram e proclamam sua superioridade, divinamente atribuída, sobre os povos entre os quais viveram e vivem; em toda parte se mostraram e se mostram intratáveis, hostis e malévolos para com as nações que os toleraram ou toleram e que até mesmo lhes conferiram ou conferem a bênção do direito de cidadania.

A um efeito universal sempre corresponde uma causa igual. A aversão contra o judaísmo não surgiu apenas entre os cristãos — por causa do deicídio cometido pelos judeus no Calvário —, mas existia e continua existindo entre os muçulmanos, os árabes, os persas, assim como já prevalecia entre os gregos, os egípcios e os romanos.

O famoso Padre Ratisbonne, israelita de nascimento, e por sua conversão tornado fervoroso servidor de Cristo, abordou de maneira muito lúcida as perseguições que surgiram em todas as épocas e lugares contra seus antigos correligionários:

*“O mal dos judeus é que eles não sabem abrir os olhos para reconhecer as verdadeiras causas das perseguições infligidas a eles em todos os séculos, sem paralelo na história. Ao longo dos tempos, muitos povos foram maltratados por outros. Esses tormentos, contudo, chegaram ao fim e, além disso, não se deram em todo o mundo simultaneamente. Mas a perseguição dos judeus caracteriza-se por sua perpetuidade e sua universalidade. Trata-se, pois, de um caso único, que não pode ser explicado apenas em termos puramente humanos.”*¹⁹

E, por isso, o autor remeteu os fatos aos desígnios da justiça de Deus, a qual, por meio da perseguição a esse povo — o emulador, na terra, da rebelião satânica no céu —, manifesta-se inexorável.

Não obstante, as causas humanas desse fato, único na história, residem em seu apetite insaciável de enriquecer por meio da usura, de predominar mediante a malícia e de dominar, ocupando e arrebatando nos Estados tudo quanto possam.

É a lei imutável da prosperidade dos hebreus em qualquer país que sempre prosperem à custa da riqueza e da liberdade dos habitantes desse país.

Alguns anos antes de Roma cair nas garras das sociedades secretas, os famosos irmãos Lémann, judeus convertidos, tornados sacerdotes católicos, escreveram, numa de suas obras que merece profunda meditação:

¹⁹ *La Question juive.*

*“Ó israelitas de Roma, nós conhecemos os sentimentos de nosso povo. Se vos fossem concedidos os direitos de propriedade que desejais, apostamos que dentro de trinta, ou no máximo cinquenta anos, Roma já não pertenceria mais aos cristãos católicos, mas estaria em vossas mãos.”*²⁰

E a profecia está prestes a cumprir-se. A cidade de Roma aproxima-se rapidamente do jugo que a submeterá, material e economicamente, ao domínio hebraico, tal como já ocorreu em quase todas as metrópoles dos grandes Estados da Europa.

Ora, é justamente essa sujeição que pesa sobre os povos europeus, em seus aspectos econômicos, morais e políticos, que constitui o cerne da questão judaica em nossos dias.

No século passado, em proveito de quem foi feita a revolução que subverteu toda a ordem cristã de quase todos os Estados? Não foi em proveito dos povos, que ela deixou oprimidos; tampouco em proveito das monarquias, que dela saíram enfraquecidas. Olhando-se mais de perto, é forçoso dizer que só foi feita em proveito do judaísmo, o qual, em virtude dos princípios enganadores de liberdade, fraternidade e igualdade, conseguiu, sem ser perturbado, camuflar seu tenebroso plano de alcançar o predomínio — e isso em grau jamais atingido antes —, plano pelo qual a espada da cólera divina dispersou seus adeptos por toda a terra. Se há algum caso em que se verifique o adágio dos jurisconsultos — *Is fecit cui prodest* (“Quem fez foi quem se beneficiou”) — é justamente este.

No dia 29 de junho de 1869, realizou-se em Leipzig um grande sínodo de israelitas, vindos de toda a Europa, presidido pelo Dr. Lazarus, de Berlim. Entre os talmudistas mais rigorosos e os modernizados — os quais, embora frouxos e imbuídos de racionalismo, partilham com os outros o ódio ao cristianismo —, surgiram longas discussões. Mas, afinal, todos aprovaram unanimemente esta proposta apresentada pelo Dr. Philipson, de Bonn, e ardorosamente defendida por Astruc, o grande rabino da Bélgica:

“O sínodo reconhece que o desenvolvimento e a prática dos princípios modernos oferecem a mais sólida garantia para a prosperidade presente e futura do judaísmo e de seus adeptos. Estes princípios contêm as sementes mais eficazes de sua vitalidade florescente e de sua ulterior expansão.”

E, de fato, os *princípios modernos*, ou os chamados *direitos do homem*, foram inventados pelos judeus, a fim de levar os povos e seus governos a despojarem-se de suas armas defensivas contra o judaísmo e de multiplicar as armas ofensivas que redundam em proveito deste último. Uma vez obtida a liberdade civil absoluta

²⁰ *Rome et les juifs.*

e a igualdade em todos os domínios com os cristãos e as nações, rompeu-se o dique que outrora contivera os hebreus, e, em pouco tempo, como uma torrente devastadora, eles penetraram e astutamente tomaram conta de tudo: o ouro, o comércio, a bolsa, os mais altos cargos nas administrações políticas, no exército, na diplomacia; o ensino público, a imprensa, tudo caiu em suas mãos ou nas mãos daqueles que se viam, inevitavelmente, dependentes deles. O resultado foi que, em nossos dias, a sociedade cristã encontra, nas próprias leis e constituições dos Estados, o maior obstáculo que a impede de sacudir o jugo da audácia hebraica, imposto sob o disfarce da liberdade.

Eis aí a fonte da presunção do judaísmo, que, segundo dizia o príncipe Metternich, fornece aos Estados “revolucionários de primeira classe”, e da arrogância com que já prediz seu triunfo definitivo sobre o cristianismo. Em Paris, Stern, um hebreu, pôde exclamar diante de uma grande plateia: *“Dentro de dez anos, não sei como um cristão ainda poderá viver”*. E aquele Crespo, que, entre os príncipes de Israel, é Hirsch, vendo do alto da escadaria de seu palácio régio a elite da nobreza da França subir os degraus para uma festa em seus salões, disse a seu filho: *“Estás vendo essas pessoas? Dentro de vinte anos, todas elas serão ou nossos genros ou nossos porteiros”*. E, infelizmente, ele tinha razão.

Essas são as causas resumidas e epitomadas da questão judaica.

PARTE 2: OS EFEITOS

Aquela série de afirmações que, em 1789, foi proclamada como sendo a síntese dos *direitos do homem*, na realidade nada mais representava senão os *direitos dos judeus*, em detrimento dos povos no seio dos quais se pretendeu implantar a prática desses direitos. Tais direitos foram, por assim dizer, o baluarte de poder mediante o qual, em nosso século, o judaísmo cercou a sociedade cristã, assaltou-a, transtornou-a e, em grande parte, sobrepujou-a. Isso se vê no estupor universal em que se encontra a Europa ao perceber que o ouro, a difusão das ideias e a orientação político-irreligiosa dos seus Estados estão quase inteiramente em mãos hebraicas. Tanto assim que o Padre Chabauty pôde, sem contestação de ninguém, publicar um livro intitulado *Les juifs, nos maîtres!* (“Os judeus, nossos senhores!”).

LES JUIFS, NOS MAÎTRES!

DOCUMENTS ET DÉVELOPPEMENTS

NOUVEAUX

SUR

LA QUESTION JUIVE

PAR

L'ABBÉ E. - A. CHABAUTY

CHANOINE HONORAIRE D'ANGOULÊME ET DE POITIERS

PARIS

SOCIÉTÉ GÉNÉRALE DE LIBRAIRIE CATHOLIQUE

VICTOR PALMÉ, DIRECTEUR GÉNÉRAL

76, RUE DES SAINTS-PÈRES, 76

GENÈVE

HENRI TREMBLEY

DIRECTEUR DE LA SUCCURSALE
POUR LA SUISSE
rue Courmayer, 4.

BRUXELLES

J. ALBANEL

DIRECTEUR DE LA SUCCURSALE
POUR LA BELGIQUE ET LA HOLLANDE
13, rue des Paroissiens.

1882

Padre Emmanuel A. Chabauty, *Les Juifs, nos maîtres!* (Paris, 1882)

Já em 1847, Cerfbeer, presidente do Consistório Central Israelita da França, descrevia assim o sucesso de seus correligionários naquele país:

*“Os judeus, em proporção ao seu número, ocupam mais cargos do que católicos e protestantes reunidos. Sua influência perniciosa atua mais do que nunca nos negócios que mais oneram o patrimônio nacional. Não há negócio em que não participem consideravelmente, nem empréstimo público que não detenham, nem desastre financeiro que não tenham engendrado e do qual não lucrem. Mas, sem motivo, vivem se lamentando, quase diariamente. Sem motivo, porque são justamente aqueles que desfrutam dos melhores favores e obtêm vantagens sobre os outros.”*²¹

Mais tarde, o convertido Padre Ratisbonne acrescentou:

*“Pela sua destreza e engenho, bem como por sua sede de poder, os judeus ocuparam, passo a passo, todos os caminhos que conduzem à riqueza, à dignidade e ao poder. Seu espírito, por assim dizer, impregna a sociedade moderna. Regulam a bolsa de valores, a imprensa, o teatro, a literatura, os grandes canais de comércio por terra e mar; e, detendo os capitais, bem como por sua astúcia, atualmente têm presa, como numa rede, toda a sociedade cristã.”*²²

E isso ocorre não apenas em uma região da Europa, mas em quase todas, à exceção da Rússia.²³ Assim como no tempo do arianismo, chegou a hora em que o

²¹ *Les Juifs*, p. 9.

²² *La Question juive*, p. 9.

²³ A independência russa do controle financeiro judeu foi encerrada por uma série calculada de eventos iniciados pelo Barão parisiense Edouard de Rothschild, que organizou o assassinato do

mundo cristão, sem perceber, se encontrou ariano, também hoje, a Europa se encontra atolada e, em grande parte, já não cristã, mas judaica ou judaizante. Surge, pois, a questão que algum dia terá de ser resolvida, segundo os direitos legais do cristianismo.

Sebastiano Nicotra cita a passagem de um antigo manuscrito, recentemente descoberto, no qual um hebreu revela, nos seguintes termos, a chave do poder judaico em nossos dias:

“Meus filhos, Jeová está conosco, e em sua misericórdia reservou-nos uma arma poderosa, ou melhor, uma força invencível, destinada a nos erguer no meio das nações cristãs e a submetê-las ao nosso domínio. Essa força está nomeada no livro sagrado, e chama-se usura. O livro sagrado, como sabeis, proíbe-nos exercer usura entre irmãos, dentro de nossa própria tribo e contra os da nossa raça; mas não proíbe seu exercício contra o estrangeiro, o infiel, o inimigo. Serve-nos, pois, como arma de guerra e instrumento de vitória. Assim, a usura permanece conosco, e melhor do que a fé e a moral de Cristo, a usura é a pequena pedra que caiu da montanha e está destinada a cobrir o mundo; a semente de mostarda que há de crescer até tornar-se aquela árvore magnífica que dominará o mundo.”²⁴

Há nove anos, um grande rabino, falando em Paris a seus fiéis, disse:

“Sob o pretexto de ajudar as massas operárias, devemos taxar excessivamente as propriedades dos grandes latifundiários, e, assim que tais propriedades [por meio da usura] nos tiverem sido transferidas, o trabalho dos proletários cristãos cairá totalmente em nosso proveito. ‘A pobreza é escravidão’, disse um poeta. Os proletários são os servos mais baixos dos especuladores, mas a opressão e a arrogância servem humildemente à astúcia. E quem poderia negar aos filhos de Israel a astúcia, a prudência e a perspicácia?”

Essa essência da doutrina talmúdica permeou o espírito do judaísmo contemporâneo, atento às palavras da Bíblia *pecuniae obediunt omnia* (“tudo obedece ao dinheiro”). Mediante a liberdade de praticar a usura, Michelet escreveu:

Arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria em Sarajevo, em 1914, para arrastar o fraco Estado russo a uma guerra europeia, a fim de derrubar o regime czarista. Surpreendeu bastante o barão parisiense que o czar russo tenha resistido tanto tempo, o que o forçou a planejar a Revolução Bolchevique em 1917, fazendo seu agente Parvus articular, através do governo alemão, o transporte de Lênin num vagão ferroviário lacrado da Suíça para a Rússia, com sua comitiva judaica. A posterior supressão, na imprensa ocidental, das atrocidades cometidas na Rússia foi conduzida pelas forças dos Rothschilds, enquanto a Rússia caía sob uma ditadura judaica mais cruel, brutal e assassina do que qualquer coisa jamais vista na história. Remetemos o leitor à obra *O Livro Negro do Comunismo* para um relato detalhado. (N.T.)

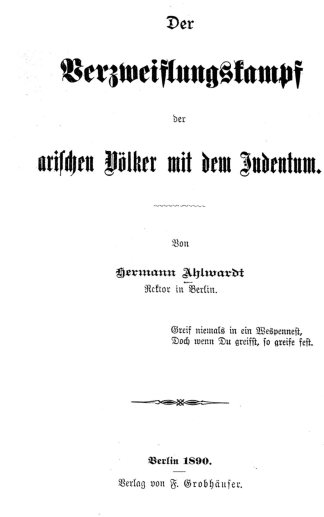
²⁴ *Socialismo: discussioni*, p. 339–340.

*“Os judeus resolveram o problema de volatilizar a riqueza: resgatados pela letra de câmbio, agora são homens livres, agora são senhores; de uma bofetada a outra, ascenderam ao trono do mundo.”*²⁵

Em março, o diretor do *Pall Mall Gazette* de Londres enviou um de seus correspondentes a Berlim para entrevistar o capelão da corte, Stoecker, um dos mais zelosos líderes da liga antisemita da Alemanha. Esse homem declarou ao emissário londrino:

“Não odeio os judeus, nem lhes desejo mal por ódio religioso. Mas, como servo de Deus, pastor luterano, e como representante da nação, não posso ficar calado, pois vejo e sinto o mal infinito que os judeus fizeram e continuam fazendo ao meu país, e especialmente a Berlim. Aqui, o hebreu tem todo o ouro em suas mãos e, conseqüentemente, todo o poder em suas mãos. Não detesto os hebreus porque sejam ricos, mas porque acumulam riquezas por meios desonestos. No campo, enganam os comerciantes; na cidade, obtêm lucros escusos. Mantenho o que já disse repetidamente: do ponto de vista comercial, social, político e moral, os judeus estão conduzindo a Alemanha para o abismo.”

Na Alemanha, a situação chegou a tal ponto que, em setembro, o Sr. [Hermann] Ahlwardt pôde publicar em Berlim seu livro *Der Verzweiflungskampf der arischen Völker mit dem Judentum* (“A Luta Desesperada dos Povos Arianos contra o Judaísmo”), repleto de provas tão aterradoras que o governo julgou necessário confiscar o livro.



Hermann Ahlwardt, *Der Verzweiflungskampf der arischen Völker mit dem Judentum* (3 volumes)
(Berlim, 1890)

²⁵ *Le Contemporain*, 1º de julho de 1881.

Nesse mesmo mês, assim como o Parlamento alemão, também o austríaco ressoou com fortes gritos de alerta contra o crescente predomínio financeiro do judaísmo.

Os judeus foram banidos dez vezes dos territórios da Casa da Áustria, e acabaram fixando-se firmemente lá sob o reinado de Fernando I, irmão do Imperador Carlos V. Lá foram admitidos e permaneceram na condição de servos do Sacro Império, até o tempo de Maria Teresa, que os favoreceu de diferentes formas, dependendo das várias províncias. Nos domínios patrimoniais alemães, era-lhes proibida a entrada, exceto em Viena, enquanto no reino de São Venceslau (= Boêmia) foram admitidos, mas sob a condição de não excederem certo número de famílias. Foram mais generosamente tolerados no reino de Santo Estêvão (= Hungria), embora lhes fosse proibida a entrada ou imigração oriunda de outras regiões. O máximo de liberdade de que gozaram foi unicamente em Trieste. Dos guetos do Ducado de Mântua, da República de Veneza, dos Estados Pontifícios e do Levante, puderam vir para o território de Trieste, razão pela qual hoje fingem, sob o manto do patriotismo, tão notável devoção a Trieste. Depois que o primeiro contingente chegou da Polônia, também os judeus da Galícia e de outras regiões polonesas obtiveram os mesmos privilégios em Trieste. Finalmente, de 1848 a 1869, todas as restrições defensivas do Império foram abolidas, e o judaísmo ficou livre para ocupá-lo e fazer-se seu senhor, o que, de fato, fez e continua fazendo até o presente.²⁶

Durante o debate do Reichsrat vienense sobre a questão judaica, o valente orador Lueger declarou, entre aplausos da maioria dos deputados:

“Será a dominação universal dos hebreus apenas um conto de fadas? Olhai para a França, olhai para a Hungria. Neste último país, o mais humilde dos hebreus possui mais poder que o próprio Cardeal Primaz. E não constituem provas do predomínio dos judeus, aqui na Áustria, os interesses das ferrovias do Norte, os do petróleo, os do carvão — tudo isso cedido aos hebreus em proveito deles? E não é argumento sério em favor de seu predomínio o fato de que o presidente do Reichsrat tenciona pedir ao nosso colega Pattaï que não fale aqui de Rothschild, por receio de que ele faça despencar a cotação de nossos fundos públicos?”

²⁶ Historicamente, muitos desses direitos e privilégios foram obtidos através de subornos judaicos à aristocracia ou a funcionários públicos. (N.T.)

Mais uma vez é preciso citar o exemplo da Áustria-Hungria, tão corrompida pelo judaísmo, pior que uma vinha atacada pela filoxera [vastatrix].²⁷ Esta indicação renovada é oportuna.

A descendência de Abraão, em dez anos, cresceu ali 2,07 por cento [sic! — mas evidentemente esse número está errado, devendo corrigir-se para 43 por cento]: de 1.154.000 descendentes de Abraão em 1869, passou para 1.648.708 atualmente. Depois de 1848, na Hungria, e depois de 1862, no restante do Império, os judeus extorquiram a autorização legal para possuir terras próprias. Em tão breve intervalo, a família Rothschild, só na Boêmia, adquiriu um quarto das terras que pertenciam às sessenta casas mais antigas do reino; e atualmente possui, sozinha, sete vezes mais terras do que a família imperial. Hoje, no reino de Santo Estêvão, os judeus detêm poder tão grande que usufruem de mais de um quarto dos votos eleitorais que, nas eleições, são reservados aos grandes proprietários; e, presentemente, começam a adornar-se com os títulos e nomes das linhagens mais ilustres daquela região. Metade do condado de Neutra pertence agora a um único hebreu, o Barão Poppel.

A dívida pública da Hungria, que em 1873 era de 221 milhões, elevou-se em 1885 a 1.461 milhões, e hoje ultrapassa 1.600 milhões. E o ministro Tisza, grande protetor dos judeus, propôs há três anos conceder um assento de honra na corte a Alberto Rothschild e sua esposa, em reconhecimento pelos seus méritos em sugar o crédito nacional. Conceder-lhe tal distinção é somar escárnio ao ultraje.

Mas ainda mais devastada está a Galícia. Os judeus, em pouco mais de vinte anos, passaram a ser proprietários de 80% do seu território, e continuam incessantemente a comprar aquelas propriedades rurais e latifúndios que vão a leilão por impostos não pagos.

A arrogância dessa raça no Império Habsburgo chegou a tal ponto que, há pouco tempo, um vereador judeu de Viena respondeu publicamente a um vereador cristão, que se queixava do excessivo poder que os judeus estavam adquirindo por toda parte:

²⁷ Os chamados economistas políticos como David Ricardo ou Milton Friedman são, essencialmente, apologistas talmúdicos para as doutrinas econômicas da competição predatória usada durante recessões econômicas para consolidar e monopolizar indústrias sob o controle do sistema bancário privado judeu. Essas doutrinas econômicas foram aplicadas por Charles Darwin à doutrina da sobrevivência do mais apto e da seleção natural. Os jornais judeus exaltaram o darwinismo talmúdico como um meio de destruir a base bíblica da civilização cristã. A ideia repugnante de que o homem descende de um animal jamais foi observada pelo olho humano, mas foi usada, mesmo assim, para destruir a narrativa divina de Adão e Eva. Importa notar que, assim como a sexologia talmúdica é contrária à Escritura, à razão e à lei natural, também o é *A Descendência do Homem*, de Darwin, contrária à Escritura e às evidências naturais empíricas (isto é, aquilo que podemos ver). (N.T.)

“Se os cristãos não conseguem tolerar esta situação, há um remédio rápido: que deixem o Império, que emigrem para onde quiserem.”

As coisas não continuarão assim por muito mais tempo, e dois milhões de agiotas estrangeiros terão despojado de todo o seu patrimônio os 40 milhões de austro-húngaros que lhes deram hospitalidade e igualdade civil, e em todo o Império se reviverá o costume de bandos de escravos cultivarem as terras, para o puro proveito dos novos senhores. Os descendentes dos antigos príncipes e magnatas cavarão as hortas e os campos dos emancipados vendedores de trapos de Viena, Pressburgo e Buda; e os filhos dos antigos proprietários lavarão os pés das Sarahs e Judites.

Poderíamos também citar o exemplo dos Bálcãs, especialmente o da Romênia, sobre a qual o Congresso de Berlim de 1878, dominado pelo poder oculto dos judeus, impôs a obrigação de equiparar os hebreus em todos os aspectos aos seus compatriotas e concidadãos; e, atualmente, eles devoram este reino, imperturbáveis, como gafanhotos insaciáveis. Poderíamos citar a Rússia, onde as terras da nobreza estão hipotecadas em mais de dois terços a banqueiros alemães, em sua maioria judeus, e onde, dia após dia, as terras dos camponeses passam cada vez mais às mãos dos kulaks, ou seja, dos agiotas.

Mas voltemos os olhos para a nossa Itália, onde há trinta anos o judaísmo reina e saqueia, como se os italianos fossem um despojo conquistado de inimigos.

Os cerca de cinquenta mil judeus que se consideram em casa na península têm ali sua sede em Veneza, no território de Mântua, nos antigos Estados Pontifícios e no território de Ferrara. Nessa região, que se poderia chamar de *Judeia italiana*, eles são os superintendentes de tudo e sobre tudo. Não há praticamente uma só lira que se gaste sem seu aval. O comércio a retalho, a indústria, o câmbio, o comércio por atacado, as propriedades rurais e urbanas dependem deles. Basta dizer que quatro quintos do território provincial de Pádua pertencem aos hebreus e que, com as hipotecas nas mãos, eles detêm o poder de dispor do quinto restante. Ancona, Livorno e Florença vivem sob o jugo usurário dos israelitas. Alguns deles já aguardam o dia em que as vilas mais suntuosas, as maiores propriedades rurais e os mais famosos palácios patrícios passarão para sua posse, servindo-lhes como garantia dos empréstimos que concedem aos proprietários imprudentes ou ingênuos, incapazes de se libertar deles. Há dois anos, morreu um desses hebreus que, talvez não muito tempo antes, vivia de vender fósforos nos passeios florentinos às margens do Arno, deixando aos filhos a ninharia de 18 milhões em dinheiro, acumulados só Deus sabe como.

Preferimos nada dizer sobre Roma. Mais até do que pelas baionetas italianas, ela está presa nos laços da grande rede judaica, a qual detém ali todo tipo de peixe,

grande ou pequeno; estes, no entanto, permanecem tragados numa sucessão de atribulações, lágrimas e misérias, a ponto de moverem piedade. A usura, que nesta capital é praticada pelo judaísmo muito mais do que pelos italianos, reina suprema ali; e, junto com a usura, caminham de braço dado a fraude, a corrupção e a rapina. E quem quer que penetrasse nos mistérios daquele emaranhado formado pelas obras públicas, pelos monopólios estatais e pelas várias companhias a serviço do Estado, veria com horror os milhões sendo engolidos com a mesma desfaçatez com que o Grão-Mestre da Maçonaria italiana, por meio do monopólio do tabaco público, granjeou seus méritos. Em agosto de 1887, um judeu escrevia estas palavras notáveis de Roma para um jornal judeu alemão:

*“O ilustre Francesco Crispi [maçom de 33º grau e Grão-Mestre do Grande Oriente Italiano] é o melhor amigo dos hebreus e protege com toda a sua alma os seus interesses. Assim, nós, judeus, exercemos grande influência no governo da Itália; o que muito nos satisfaz, pois podemos esperar obter bons lucros e desfrutar o fruto do nosso trabalho, sem sermos incomodados.”*²⁸

Mais do que qualquer outro país, a França merece ser considerada sob este ponto de vista. As revelações de [Édouard] Drumont, esclarecendo o acúmulo de riquezas pelos hebreus sob o manto dos *direitos do homem* — sistema iniciado cem anos antes, também na França —, causam asco em abundância.

Sigamos adiante. Em 1791, os judeus lá eram apenas alguns milhares; haviam sido expulsos pelo rei várias vezes, como sendo uma praga nociva à nação. Hoje poderão já ultrapassar os 60.000, e aproximam-se dos 100.000, todos apresentando aspecto, língua e nomes que provam procederem de Frankfurt, Hamburgo, Polônia, Portugal. A sangrenta revolução de 1793, que consumiu os bens da nobreza e do clero, atraiu aquele bando de abutres ávidos. Um século depois, ali na França, talvez até mais do que no Império Austríaco ou na Itália, eles se tornaram senhores de tudo.

Segundo cálculos recentes, os hebreus, que dominam metade do capital circulante do mundo, possuem só na França 80 bilhões, enquanto o capital francês total é estimado entre 150 e 200 bilhões! Para ter ideia da monstruosa fortuna acumulada ali pelos judeus, basta comparar o seu número com o dos nativos. Resulta dessa comparação que, em média, cada judeu possui um capital de 800.000 a 1.200.000 francos, enquanto, proporcionalmente, cada francês possui um capital que não ultrapassa 6.000 francos. A casa Rothschild, sozinha, possui notoriamente uma fortuna de 3 bilhões de francos. O príncipe de Bismarck afirmou que, quando o velho James, fundador daquela casa, faleceu, deixou aos seus

²⁸ *Jüdische Presse*, 8 de agosto de 1887.

herdeiros 100 milhões, acumulados em cerca de cinquenta anos. Mas, quando chegara à França, sua fortuna não passava de 10 milhões!

Todos em Paris conhecem os palácios dessa família de Cresos hebraicos. Essas residências são avaliadas em 30 milhões, e o luxuoso mobiliário interno em mais 30 milhões. A esse mesmo valor chegam os castelos e propriedades onde se deleitam. Assim, somam-se outros 120 milhões em bens visíveis, de que essa casa desfruta bem à vista dos franceses, que de modo algum ignoram os milhares de milhões que ela possui em capital líquido. Mas não é só ela [a casa Rothschild]. Toda a chamada *Alta Finança* está nas mãos de judeus não franceses, que possuem riquezas inestimáveis. A ladainha desses príncipes de Israel é longa, e todos têm sobrenomes que soam tão franceses quanto nomes de árabes ou zulus. Os Dreyfus, Bichoffsheim, Oppenheim, Erlanger, Hottinguer, e outros, formam, todos juntos, um *sanhedrin* bancário que representa um valor de pelo menos 10 bilhões, totalmente extraído das veias da França, graças aos *direitos do homem*, inventados por essa raça cosmopolita e insaciável e por ela mesma outorgados.

Entre os 600 banqueiros que Paris conta, nada menos que 300 são comprovadamente judeus; outros 100 provavelmente também o são. Além disso, eles quase tomaram por completo as profissões e os negócios que oferecem maiores e mais rápidos lucros. Metade dos ourives, joalheiros, antiquários, peleiros, negociantes de diamantes são hebreus ali. Eles capturam e monopolizam o melhor, com uma usura cada vez mais sem limites.

E conhecem meios, piores ainda do que a usura, pelos quais encheram seus cofres com ouro francês. Inumeráveis são as falências fraudulentas, e todos ainda se recordam das infames fraudes de centenas e centenas de milhões roubados mediante empréstimos fictícios e intrigas, como as de Honduras e Panamá, da *Union générale* dos metais e do *Comptoir d'escompte*.

Na colônia da Argélia, sangrada pelos hebreus como um corpo entre os tentáculos de um polvo, por esses hebreus que, durante a guerra de 1870, por obra-prima de perfídia, Crémieux fez legalmente igualar aos franceses e árabes, as coisas não se passam de forma diferente. No jornal *La France*, de Paris, certamente nada hostil ao judaísmo, o Sr. Hugonnet escrevia, em 3 de julho de 1884, que essa raça de agiotas emprestava aos soldados um franco para receber dois no dia seguinte, o que resulta numa taxa de usura de 3.650 francos por cento. Maupassant, no âmbito de suas descrições dos costumes repugnantes dos guetos argelinos, retrata o imundo hebreu espreitando um árabe, a quem empresta um escudo de prata, obrigando o homem a assinar o compromisso de lhe devolver quatro escudos em seis meses, ou vinte em um ano. Se o pobre não consegue pagar, o judeu ávido, com o seu título na mão, o faz vender um palmo de terra, se é que possui tanto, ou

o camelo, ou o cavalo, ou os trapos que tem no casebre. Por essa arte sutil, nada menos do que todo o sul da Argélia caiu sob o poder dos israelitas.

O doutor Ratzinger observou com razão que a expropriação da sociedade francesa, por meio do capital líquido, avança tão regularmente como se fosse uma lei da natureza. Se nada for feito para conter seu avanço, em cinquenta, ou no máximo cem anos, toda a sociedade europeia estará abandonada ao arbítrio de um punhado de banqueiros judeus. Se esses continuarem a desfrutar da plena segurança de que gozam hoje, em virtude da igualdade civil, suas fortunas continuarão a duplicar e triplicar. Se só na França, no espaço de um século, os judeus puderam adquirir a bagatela de cerca de 80 bilhões, em outro século todo o patrimônio nacional estará em suas mãos. Sessenta mil pessoas constituirão uma classe feudal que terá, por servos e escravos, 36 milhões de franceses. E essa será a digna coroa da obra iniciada ali com a promulgação dos *direitos do homem*.

Assim como já hoje não se pode negociar um empréstimo na Europa sem a boa vontade dos Rothschilds, igualmente, não se poderá realizar negócio algum sem o consentimento e o interesse da liga judaica internacional. O hebraísmo, com sua adoração do bezerro de ouro, que representa o seu poder, há de necessariamente degradar-se abaixo do mundo civilizado. Exclamou Pietro Ellero:

*“Agora não existe mais virtude na terra senão a indústria, nem religião senão o lucro, nem sacerdócio senão o negócio, nem rito senão o câmbio, nem Deus senão o ouro.”*²⁹

Eis, portanto, claramente o efeito da hegemonia hebraica!

A raça israelita combina o domínio do ouro com aquele que subjuga diretamente o espírito: queremos dizer o magistério da imprensa pública e da academia. Em 1848, no Congresso Judaico realizado em Cracóvia e ao qual assistiram os hebreus mais ricos do mundo, foi decretado que o Israel disperso deveria apoderar-se dos jornais mais poderosos da Europa. “Por meio disso” — diz o estatuto então aprovado — “a estrela hebraica difundirá luz sobre todo o globo”. E, para se convencer de que tal decreto está efetivamente em execução, basta não viver nos desertos da África.

O jornalismo e a educação pública são como as duas asas que transportam o dragão israelita, a fim de que ele possa corromper e saquear toda a Europa. O pastor Stoecker, de quem já falamos, declarou ao emissário que lhe fora enviado pelo *Pall Mall Gazette* de Londres:

²⁹ *Questione sociale*.

“Os judeus compram a imprensa, pois metade dos jornais está em suas mãos, e eles a utilizam em favor de suas ideias.”

Já antes, no parlamento de Berlim, ele denunciara a influência judaica sobre as escolas, por ser a fonte de uma depravação indescritível.³⁰ A recente imprensa alemã nos informa que, entre 1.000 estudantes matriculados nos estudos superiores da Alemanha, 830 são israelitas.

No parlamento vienense, o deputado Lueger declarou, em março deste ano, a seus colegas:

“Lembrem-se, senhores, de que nossas escolas estão nas mãos dos hebreus, de que nossos professores cristãos são imediatamente submetidos a processos, assim que contra eles seja feita a mais leve acusação pelos hebreus; de que nossos funcionários não ousam declarar-se cristãos, se querem fugir à perseguição; de que nossos jornais cristãos são continuamente confiscados.”

Ele poderia ter acrescentado que as universidades do Império estão repletas de professores judeus e que, especialmente na universidade católica de Viena, não há professores batizados, exceto os da faculdade de teologia. Todos os demais, sem exceção, até onde sabemos, são circuncidados. Atualmente, até mesmo o seu *Rector Magnificus* é judeu. O que mais? Quando se tratou de escolher um professor para o infeliz Arquiduque e sucessor do trono, Rodolfo, acharam que não poderiam encontrar ninguém melhor do que o jornalista hebreu Weil, que então, sob o nome de Cavaleiro de Weilen, declarou a sua conversão ao cristianismo, e que tanto contribuiu para a destruição da outrora tão piedosa e inocente mentalidade do jovem e muito infeliz príncipe.

³⁰ Aqui é um lugar oportuno para discutir a ciência sexual judaica, o freudismo talmúdico. A filosofia pode ser encontrada no homossexual Oscar Wilde, em *O Retrato de Dorian Gray*, na parte em que Lord Henry Wotton proclama: “A única maneira de livrar-se de uma tentação é ceder a ela”. A tese do Dr. Freud é que a repressão do impulso sexual causa doença mental. No filme *Splendor in the Grass*, feito há algumas décadas, Natalie Wood, que faz o papel principal, acaba internada no Hospital Meninger do Kansas por resistir ao sexo num encontro, enquanto as meninas fornicadoras são retratadas como emocionalmente saudáveis. Em minhas visitas ao Hospital Meninger, minhas conversas com médicos e pacientes não encontraram pacientes sofrendo por causa da santa continência. Pelo contrário, encontrei a maioria das moças sofrendo de culpa e desorientação causadas por pecados sexuais. O objetivo dos psiquiatras freudianos talmúdicos ali era libertar os pacientes da doença retirando-lhes a culpa por seus pecados. Eis o novo mosteiro judaico: um bordel; e o sacerdócio, os psiquiatras. O seu mistério, assim como no evolucionismo darwinista, é o inconsciente (invisível). Durante a década de 1930, Dr. Carl Jung respondeu aos freudianos, que baseavam sua sexologia no arquétipo do complexo de Édipo inconsciente, dizendo que o espírito racial nacional de Adolf Hitler e do povo alemão vinha do seu inconsciente e constituía o arquétipo alemão, enquanto o arquétipo judeu seria o complexo de Édipo. Trata-se, porém, de um jogo bastante farsesco, já que o inconsciente, por definição, é desconhecido. Infelizmente, Freud domina nossos sistemas escolares, e um ensino sexual perverso é ministrado, promovendo vícios como masturbação, sodomia e perversões afins. (N.T.)

As coisas não estão muito diferentes na Itália. Pode-se dizer com verdade que quase todo o jornalismo liberal, de todo tipo, é direta ou indiretamente manipulado pelos judeus. Milão, Turim, Veneza, Módena, Bolonha e Florença vivem de uma opinião pública que está sendo fabricada nos guetos e nas sinagogas. Os chamados jornais oficiosos são totalmente, ou quase totalmente, propriedade judaica vendida ao governo. Nem falemos de Roma, onde dificilmente se encontra um jornal diário de comportamento liberal que não dependa de Israel. Os mais lidos, tais como *La Riforma*, *La Tribuna*, *L'Opinione*, *Il Diritto*, *Il Messaggero*, *La Capitale*, *Il Capitan Fracassa*, todos derivam das mentes dos filhos de Jacó.

Mas o que dizer sobre a educação pública? Estamos rodeados de hebreus nas universidades, de hebreus nos liceus, de hebreus nas escolas secundárias, de hebreus nas escolas primárias. Basta dizer que, em 1885, no total, um quarto dos estudantes das nossas universidades eram judeus.

Nem falemos da França. Em geral, todos os jornais republicanos que lá se imprimem têm origem em viveiros judaicos. O resumo e o catálogo disso foram expostos por Drumont e beiram o incrível. Mas o que é pior: inteiramente judaica é a imprensa pornográfica e irreligiosa que suja o país e não tem igual em nenhum lugar civilizado. E, assim como o judaísmo controla os jornais diários e os livros lá, também controla a educação, de tal modo que a maioria dos textos impostos às escolas primárias foi elaborada por judeus.³¹

³¹ Os textos escolares estão infectados de einsteinismo talmúdico e marxismo. É fácil perceber que as ideias de Karl Marx são tolices, pois ele tenta criar igualdade de resultado em vez de igualdade de oportunidade, destruindo assim todos os incentivos. Deus dividiu a terra de Israel igualmente (Nm 26,54), mas não os frutos do trabalho (Pr 20,4). Perguntamo-nos por que os Rothschilds e outros plutocratas judeus desejam concentrar tanta riqueza, quando a igualdade bíblica de propriedade fundiária e o Jubileu (Lv 25,25–28) impediam essa concentração permanente, exceto pelo fato de sabermos que esse é o instrumento deles para dominar o mundo. E, claro, a resposta é que eles são rebeldes contra a Bíblia e contra Deus, e nenhuma monstrosidade está além de sua conspiração luciferiana.

O Dr. Einstein é menos fácil de entender. Basta dizer que nossos olhos veem que a Terra não se move e que o Sol gira ao redor da Terra. Galileu nunca provou o contrário, mas sua “teoria” de que o geocentrismo bíblico estava errado, usando dados empíricos desconexos e sem sentido, promoveu o movimento empírico, que fomentou a ideia de que a verdade poderia ser encontrada examinando-se um número estupendo de fatos, e que os padrões desses fatos poderiam desafiar a Bíblia. Isso contrariava o método aristotélico de investigação, que buscava a natureza do problema e, uma vez encontrada, usava a análise para organizar os dados empíricos, mais ou menos como fazem as teorias hoje. Mas Aristóteles utilizava lógica dedutiva a partir de coisas reais e conhecidas, em vez de lógica inferencial a partir de coisas desconhecidas, como Platão e os cientistas de hoje.

Eis um exemplo. Quando Aristóteles observava que um bebê nascia de um homem e de uma mulher, ele deduzia que no passado sempre fora assim. Ele via o que era real e tirava conclusões disso. No entanto, os darwinistas veem uma escala de espécies e inferem que uma espécie nasceu da outra, embora nunca tenham visto tal coisa. (Os antigos tinham crenças semelhantes, como Helena de Troia, que teria nascido de um ovo de cisne, o que hoje seria chamado de uma forma de *equilíbrio pontuado*.) Os darwinistas então se lançam em buscas gigantescas de dados empíricos

Resumindo, onde quer que haja judeus que gozem de igualdade civil na cristandade europeia, o jornalismo, a imprensa e a educação ou estão sujeitos ao seu monopólio, ou têm de sofrer sob as perniciosas influências da sua inclinação anticristã.

Mas estes são apenas os meios, destinados ao fim de predominar efetivamente sobre os negócios públicos dos Estados e de conduzi-los aos fins pretendidos pelos judeus. Eis por que, com astúcia singular, eles souberam utilizar os direitos de igualdade para ocupar os assuntos judiciais, o exército, o parlamento e os conselhos ministeriais, assim como o fizeram para dominar as escolas. Pode-se dizer que o império austríaco é governado, em parte secretamente e em parte abertamente, pelos hebreus; e quando a História estiver livre para dar a cada um o que lhe é devido, demonstrará que as grandes desgraças militares da Áustria em Magenta, em Solferino e em Sadowa deveram-se mais à traição dos judeus do que à força das estratégias e das armas francesas e alemãs.

para provar ligações por meio de espécies graduadas, embora não haja evidência visível de que uma tenha surgido da outra, e acabam perdidos na confusão dos dados. O método aristotélico nos salva de nos desviarmos em tais buscas irrelevantes de dados, que têm sobrecarregado todo nosso sistema educacional, assassinando as almas inocentes de nossas crianças com milhões de “fatos” irrelevantes. Temos certeza de que os fariseus querem essa confusão intelectual para facilitar seu controle. Assim, eles jamais provaram um padrão de fatos que pudesse repudiar a criação bíblica, apenas mostraram as diferentes espécies que Deus criou numa escala ascendente e chamaram isso de evolução. Poderíamos, com a mesma facilidade, dizer que a escala indica a descida das espécies e chamá-la de devolução. A conexão entre essas espécies nunca é provada como tendo evoluído, porque ninguém jamais viu uma sair da outra, e, portanto, a ciência moderna é contra-intuitiva. Na ciência do século XIX, acreditava-se que o ar transmitia a voz e que, num vácuo teórico, não poderia haver conversações. Por corolário, acreditava-se (mesmo antes de Sir Isaac Newton) que o éter transmitia ondas luminosas, assim como o ar transmitia o som. Embora o éter não pudesse ser provado, era considerado cientificamente lógico como corolário da transmissão sonora pelo ar. No final do século XIX, realizaram-se experimentos com um interferômetro enviando ondas de luz na direção em que a Terra supostamente se moveria, na vertical e na reversa, para provar o movimento terrestre medindo a resistência do “vento de éter”. Esses experimentos demonstraram que não havia resistência do vento de éter e, aplicando lógica científica, concluiu-se que não havia movimento da Terra. É importante salientar que lógica científica e prova absoluta não são a mesma coisa. Mas, então, em quase toda astronomia, não há prova absoluta. A contribuição do Dr. Einstein para esse problema foi tentar salvar as aparências para o ateísmo, dizendo que não havia éter. Einstein acreditava no Deus de Spinoza, que postulava que o universo e todas as pessoas nele eram Deus, o que representa tamanha insanidade irracional que podemos, com segurança, chamá-los de ateus. Pense, caro leitor, em todas as coisas más que os homens fazem e considere, como fizeram Einstein e Spinoza, que isso também é Deus. Veja a análise de Pierre Bayle sobre Spinoza em seu *Dictionnaire historique et critique*.

A lição mais importante que pode ser tirada dessa discussão é que nem o heliocentrismo nem o acentrismo podem ser provados absolutamente pela ciência, já que baseiam suas conclusões em fenômenos não observados. A Bíblia, portanto, não foi refutada, e assim, todas as escolas que ensinam Einstein, Galileu ou Darwin estão minando as palavras infalíveis de Deus com ensinamentos não comprovados. É por essa rebelião contra Deus que os cristãos se tornaram propensos às doutrinas degeneradas judaicas e, por isso, têm sido punidos por Deus pela praga judaica. Deus porá fim a essa perfídia, como fez na Alemanha, a seu tempo, a menos que eles se arrependam. Rezemos, caro leitor, para que esta tradução da série em três partes de *La Civiltà* de 1890 os ajude no caminho da verdadeira reforma. (N.T.)

É supérfluo falar da Itália: desde 1859, tornou-se um reino dos hebreus, que bem sabem enganar a multidão de tolos, passando-se pelos mais fervorosos patriotas da península. Exclama o valente Dr. Giovanni de Stampa:

*“Que desgraça para a Itália, nação orgulhosa de sua força e liberdade, ter um parlamento que se parece com uma sinagoga! A Itália conta 30 milhões de habitantes, dos quais apenas 50.000 são judeus. Consequentemente, no parlamento, deveria haver, no máximo, meio hebreu; no entanto, em vez disso, encontram-se ali em número alarmantemente grande. Veneza tem a honra de ser representada no parlamento quase completamente por judeus.”*³²

Mas, assim como dominam a câmara, fazem o mesmo como dignitários nos cargos públicos, nos bancos, nos ministérios e até na diplomacia. Não se pode ir a parte alguma sem topar com um inspetor judeu, presidente de comissão, juiz, secretário ou vereador. E isto sem falar das municipalidades, onde, em muitos lugares, os judeus exercem autoridade despótica. E não vimos Roma ser subordinada, nas áreas mais zelosamente guardadas, a hebreus que nem sequer tinham sobrenomes italianos ou, se os tinham, os haviam tomado emprestados de alguma de nossas cidades? Ademais, quem quiser recordar os nomes das cem cidades da Itália precisa apenas observar, durante um passeio, as vitrines das lojas nas avenidas mais movimentadas de Roma, ou então consultar apenas as listas dos chefes de departamentos da municipalidade.

O mesmo pode ser dito da França. No senado e na câmara de Paris, contam-se mais de 20; e, no entanto, seus companheiros judeus somam apenas pouco mais de 60.000. Se os cristãos fossem ali representados nessa mesma proporção, o parlamento deveria contar nada menos que 40.000 senadores e deputados seus. Há poucos anos, 42 departamentos eram governados por prefeitos judeus, e entre prefeitos, subprefeitos e recebedores gerais, havia ao todo cerca de 200 judeus.

A revolução de 4 de setembro de 1870 elevou seis israelitas ao ápice do poder; e o terrível governo da Comuna de Paris contava com outros nove deles, sobretudo líderes e intrigantes. Destacaram-se entre estes: Gustave Dacosta, que caçava sacerdotes; Lisbonne, que tentou abrir uma taberna servida por prostitutas vestidas de hábito de freira; e Simone Mayer, que presidiu à destruição da coluna Vendôme [= coluna de Napoleão em Paris]. Depois, tendo-se estabelecido a república, praticamente não houve corpo de ministros constituído sem a participação de um Crémieux, ou de um Raynal, ou de um Magnin, ou de um Lockroy, ou pelo menos de um Say, de um Ferry, de um Floquet, todos esposos de mulheres oriundas do judaísmo.

³² *La piaga ebrea*, p. 17.

Mas esses figurões, do mesmo modo que fazem na Itália, na Áustria-Hungria e na Alemanha, regulam os negócios financeiros e políticos conforme a sua vontade, isto é, em favor dos seus interesses e do seu poder; e, nisso, são sustentados por um jornalismo que confunde, encobre, engana e intimida quem quer que não se curve aos caprichos do judaísmo. Eis por que o brado: “Os judeus são os patrões, esmagam-nos sob os pés, reduzem-nos a nada”. Quanto mais ele é justificado pelos fatos, tanto mais se propaga universalmente.

Mas a obra-prima, que, com o auxílio das seitas maçônicas, aumentou cem vezes o poder do judaísmo moderno, é a Aliança Israelita Universal, fundada em Paris por Crémieux; estende-se por todo o globo, conferindo aos diversos agrupamentos de hebreus dispersos pelos quatro ventos o vigor do corpo inteiro de Israel. O seu fundador tinha, pois, razão em chamá-la “a mais bela e fecunda instituição que jamais foi criada nos tempos modernos, e um instrumento de dominação tão poderoso que governa o mundo”. Na realidade, constitui uma espécie de poder executivo, de representação oficial da nação hebraica, que tem direito de falar em seu nome.

A sua organização é simples. Cada judeu pode nela tomar parte, com a condição de pagar uma contribuição de dez francos por ano. É regida por um *sanhedrin* que conta com sessenta membros, ostenta o título de “Comitê Central”, reside em Paris e comunica-se com os comitês locais. Estes membros dirigentes são eleitos por sufrágio universal e permanecem no cargo por nove anos, substituindo-se um terço deles a cada três anos. Onde existam dez membros, pode formar-se um comitê local; e onde existam vários comitês locais, pode constituir-se um comitê regional. Existe relação de interdependência entre estes comitês, sempre que se trate de questões que interessem a toda a associação. O número de membros, ou adeptos, ultrapassa 30.000, com um capital em caixa que se diz chegar a um milhão, mas não há número fixo, pois os Cresos dessa organização não lhe negam doações.

Agrupadas em torno desse centro estão numerosas outras sociedades dispersas pelos países; e além do jornalismo, mais difundido pela Europa, que obedece às insinuações da Aliança, esta dirige ainda bastantes outros jornais impressos especialmente para os hebreus. Crémieux define seu cosmopolitismo nestas palavras:

“A Aliança não é nem francesa, nem alemã, nem inglesa; é judaica, e é universal. Essa universalidade é exatamente a razão da sua prosperidade e do êxito feliz que alcança.”

Quem quiser formar uma ideia do que seja essa Aliança, pode obtê-la, de certo modo, no infame romance *The Wandering Jew* (“O Judeu Errante”), escrito por

Eugênio Sue contra a Companhia de Jesus. Tudo o que nele é calunioso com relação aos jesuítas é verdadeiramente histórico com relação aos membros dessa Aliança. Até mesmo os hebreus se mostraram espantados com tal comparação.

Na assembleia geral de 3 de fevereiro de 1870, um dos seus porta-vozes respondeu à comparação de Sue entre essa organização e a Companhia de Jesus:

“A comparação entre as duas sociedades é admissível quanto à extensão dos nossos contatos com o mundo inteiro, mas não vai além disso. Demasiado enorme é a diferença que, para o resto, prevalece entre ambas! Uma [a dos jesuítas] tem o poder de oprimir; a outra [a dos judeus] tem o poder de libertar; uma se estende para sufocar a liberdade, a outra, para trazê-la; uma pretende extinguir a luz, a outra pretende reacendê-la; uma espalha o frio da morte, a outra espalha o calor da vida.”

É sempre de novo a linguagem habitual de Satanás, seu pai (*vos ex patre diabolo estis*) [“vós tendes como pai o demônio”] (Jo 8,44), que desde o princípio chamou mentira à verdade e vida à morte.

Por isso, não é difícil compreender que constitua um peso sobre a balança dos diversos Estados a confluência de um exército desse tipo, composto de homens sem pátria, que prometem obediência às ordens emanadas de um único centro. Essa força se tornou evidente quando essa organização, sem temor e em pé de igualdade, negociou com as potências, enviando notas diplomáticas, protestos e ultimatoss para obter liberdade para os israelitas na Romênia.

Ademais, não se erra ao considerar a Aliança Israelita o centro nervoso da Maçonaria e o vínculo de união entre as lojas que cobrem o mundo civilizado com a sua rede.

Não vamos afirmar, como o fazem diversos outros autores, que a seita da Maçonaria tenha sido, em seu primeiro instante, criada por judeus. Essa asserção não é comprovável e contradiz o exame mais circunspecto da história. Não obstante, é certo que, no século passado, o judaísmo não hesitou em intrometer-se nela, nem em usar a sua habitual astúcia diabólica para imbuí-la do seu espírito, orientá-la para seus fins, unir-se a ela e fazer-se o seu motor, a fim de ascender a alturas que nem sequer em sonho se poderia esperar.

Para chegar a esse ápice de dominação, que foi sempre e ainda é o objetivo supersticioso do judaísmo, a ralé israelita compreendeu muito bem que havia em seu caminho um obstáculo formidável, vedando-lhe o acesso ao mundo batizado, e consequentemente tornando-lhe impossível alcançar o desejado domínio. Queremos dizer a religião cristã, base de todas as instituições e leis das quais, durante séculos, procedera a regulamentação da ordem civil. Mas, para pôr-se a

trabalhar na supressão da religião cristã, e sobretudo do catolicismo, os hebreus tiveram de agir às escondidas, enviando à frente outros enquanto se ocultavam por trás deles, e não ousaram mostrar as universalmente detestadas garras judaicas. Em suma, tiveram de assaltar através de tropas estrangeiras, e de arruinar a fortaleza em nome da liberdade. Assim, era necessário minar esse pedestal de granito e todo o edifício do cristianismo. E puseram-se a essa obra, colocando-se à frente do mundo oculto por meio da Maçonaria, que lhes está sujeita.

Entretanto, os vínculos que unem o judaísmo moderno à Maçonaria tornaram-se tão evidentes, que seria ingênuo duvidar deles. O estudo atento da chamada questão judaica na França, na Alemanha, na Itália e alhures trouxe à luz mistérios antes tidos por impenetráveis. Sabe-se hoje até que ponto as ideias próprias da cabala talmúdica se introduziram nos ritos, nos mistérios, nos símbolos e nas alegorias dos graus maçônicos. Sabe-se que os judeus não apenas se infiltram em todas as lojas e, onde são particularmente numerosos, as enchem de membros seus, mas além disso constituem várias lojas supremas ou dirigentes de todas as outras, às quais têm acesso somente pessoas de sangue e religião israelita. Por isso, julga-se certo e absolutamente seguro que toda a estrutura da Maçonaria é controlada por um *sanhedrin* hebraico cujo poder não encontra limites senão nos da infame seita. Em consequência, uma das mais respeitadas revistas da França escreveu com razão:

*“Hoje, o judaísmo e a Maçonaria podem, aparentemente, reduzir-se a uma fórmula idêntica: uma vez que o judaísmo governa o mundo, é forçoso concluir que ou a Maçonaria se tornou judaica, ou o judaísmo se tornou maçônico.”*³³

Entre os autores recentes, cujas obras nos chegaram às mãos, nenhum demonstrou melhor essa íntima conexão, utilizando além disso documentos e argumentos de outros, do que o ilustre Dr. Martinez, na obra que já citamos, e seria de grande proveito para a Itália se ela fosse devidamente traduzida.³⁴ Por isso, remetemos ao seu volume, assim como aos de Drumont, de Stolz, de Gougenot Mousseaux e de outros tais autores, a quem quiser conhecer profundamente essas questões. E, entretanto, concluiremos nossa enumeração dos efeitos que procedem da questão judaica na Europa, indicando a identidade prática que existe entre a fórmula do judaísmo e a da Maçonaria.

³³ *Revue des questions historiques*, 1º de abril de 1882.

³⁴ *Le juif, voilà l'ennemi!* (Albert Savine, 1890).



Docteur Martinez, *Le juif, voilà l'ennemi!* (Paris, 1890)

Tudo o que é judaísmo se compõe de um amor e de um ódio: o amor insaciável pelo ouro (*auri sacra fames*) e o ódio inextinguível a Cristo. O amor serve ao ódio, e tanto o ódio quanto o amor visam a conduzir ao apogeu daquele poder que constitui o delírio satânico do Israel réprobo. Examine-se a história da Maçonaria, e se verá que, desde o século passado até nossos dias, ela não teve outro objetivo senão acumular riquezas e combater até a morte a sociedade cristã, Cristo e a Sua Igreja. Todo o predomínio, aberto ou oculto, da Maçonaria deve servir ao furor judaico, ávido por abater o poder cristão, para edificar sobre suas cinzas. Desde o 1º de maio de 1789, dia em que os *direitos do homem* foram glorificados unicamente em proveito dos judeus, até 20 de setembro de 1870, quando Roma foi conquistada a canhoneiras e o Papado feito prisioneiro, as conspirações, as revoltas, as rebeliões, os assassinatos, os massacres, as guerras, os chamados *feitos revolucionários*, em toda parte e sempre tiveram o mesmo êxito: aumentar as riquezas dos hebreus e humilhar e oprimir a civilização cristã. Os gritos de “Viva!” e “Abaixo!” variavam conforme as necessidades do momento, mas eram todos mentirosos, fosse para enganar os povos ou para disfarçar as más ações. A liberdade, que eles fingiam elevar ao trono em desonra do verdadeiro Deus e de Seu Cristo, redundou unicamente em vantagem dos hebreus. Graças a ela, adquiriram pleno poder para submeter as nações e decretar que poucos pudessem tyrannizar muitos, e isto sob a aparência de legalidade, seja quanto aos bens materiais, seja quanto à consciência, à fé, à família, sim, e mais ainda, quanto ao sangue e à vida. Desse espasmo de liberdade, igualdade e fraternidade surgiu o despotismo das oligarquias tirânicas nas quais se transformam os Estados modernos, e quem quer que os observe verá que são oligarquias de judeus ou de maçons, servos vassallos dos judeus. O direito religioso dos católicos está acorrentado: eis a liberdade do judaísmo maçônico. A permissão de blasfemar e

cometer sacrilégios converte-se em direito público: eis a sua igualdade. O ódio brutal contra quem professa fidelidade ao Deus de seus antepassados é aplaudido como patriotismo: eis a sua fraternidade. Na Roma dos Papas, portar a Cruz de Cristo em procissão pelas ruas é crime; mas levar o busto de Giordano Bruno ou os cornos de Satanás é homenagem nobre prestada ao Estado. Assim, na prática, sucede que judaísmo e Maçonaria se entrelaçam e tornam-se uma só coisa, como a espada se une à mão do assassino que a brande, ou como a tocha se liga à mão do incendiário que a segura.

Por toda parte, os hebreus têm-se empanturrado, engordado e enriquecido com o sangue dos povos e da Igreja; mas também os maçons não ficaram de mãos vazias. Vejamos a Itália. Assim como os hebreus, os maçons também se elevaram, da condição de mendigos em que muitos se encontravam, ao patamar dos muito ricos. Os nossos maçons aspiraram à glória de morrerem pobres, mas pobres com vilas, pobres com palácios, pobres com propriedades, pobres deixando muitos milhares a seus beneficiários. Basta lançar um olhar sobre os matriculados da seita que se regozijam com as mais abundantes pensões que acumulam sem escrúpulos; vejamos os *mestres da loja*, que metem as mãos nas administrações públicas e tomam pitadas de rapé que custam milhões. Observemos como *heróis* da seita, incapazes de resistir à tentação de um presente de dois milhões, são imortalizados com estátuas em todas as cidades. Consideremos os filhos desses heróis, que vendem duas vezes a Ilha de Caprera e embolsam somas enormes, enquanto deploram a miséria reinante. E os nossos maçons nem sequer dominam todas as sutilezas da arte de ganhar dinheiro como fazem os hebreus; mas ambos, juntos, dominam perpetuamente a arte de abocanhar muito, por amor à Itália.

Portanto, quem ataca a Maçonaria, investe contra o judaísmo; e quem ofende o judaísmo, fere o coração da Maçonaria. Têm em comum a gula do ouro e do poder, e ambos se alimentam da inveja ao cristianismo. Tomemos o exemplo da França. O grito de guerra “O clericalismo é o inimigo” foi concebido no meio das caixas de joias transbordantes do judeu Rothschild, e transmitido, por intermédio de Cousin, o Grão-Mestre da Maçonaria, até [o judeu maçom de alto grau] Gambetta, que o ostentava no braço. Os mais ferozes chefes da cruzada contra o clericalismo, isto é, contra a religião cristã católica, foram um Dreyfus, um Herold, um Mayer, um Naquet, um Spuller, um Lockroy, um Ollendorff, todos judeus estrangeiros, escolhidos como chefes pelos maçons. Entre os mais impiedosos perseguidores do catolicismo, leva o prêmio os judeus Hendlé, Schnerb e Levaillant. O judeu Sée inventou o liceu para moças, a fim de descristianizar, tanto quanto possível, as mulheres francesas. O judeu Giedroye mutilou as obras-primas dos autores clássicos, expurgando delas o santo nome de Deus, para que nunca chegasse aos olhos dos jovens estudantes. O judeu Lyon-Alemand suprimiu a carreira de um professor porque este elogiara, num livro mandado imprimir, a influência benéfica

do cristianismo na civilização. O judeu Naquet propôs a lei ímpia que promovia o divórcio e fez questão de que fosse aprovada. Os judeus derrubam crucifixos das paredes das escolas de Paris, quebrando-os e dando ordens para que sejam lançados nos esgotos; e defendem, espada em punho, a frequência obrigatória das crianças às escolas laicas, isto é, às escolas sem e contra o Deus cristão. Os judeus exigem que a igreja do Panteão seja profanada, e imediatamente tal pedido lhes é atendido. Os judeus querem ver as ordens religiosas expulsas de suas casas e as freiras dos hospitais, e logo ficam satisfeitos. Os judeus conspurcam a França com o jornalismo mais obscuro, mais escandaloso, mais nauseante que se possa imaginar, e os maçons o difundem avidamente. Em suma, os judeus dirigem a obra de destruição do cristianismo e de toda nobre tradição nacional ali, e os maçons renegados executam essa obra nefasta com todas as suas forças.

Mencionamos o exemplo da França. Mas poderíamos percorrer todos os demais países onde ao judeu se concede acesso ao gozo ilimitado dos direitos civis. Por toda parte, de mãos dadas com os maçons, ele insidiosamente busca o ouro e arma-se contra o cristianismo dos habitantes. Mesmo nos Estados Unidos da América, abusando da liberdade que a República de Washington lhes concede, os hebreus se fazem campeões da escola pública neutra, por ódio aos católicos que desejam ter escolas gratuitas e católicas para seus filhos. Sobre isso, o *Freeman's Journal* acaba de levantar um primeiro grito de alarme, que esperamos não seja infrutífero. O mesmo se diga da nossa Itália, embora, além do jornalismo, em que se mostram abertamente, os judeus atuem mais discretamente no restante, atirando pedras enquanto escondem as mãos. Este próprio monte de ruínas que a revolução maçônica acumulou em trinta anos, para corrupção do cristianismo e da Itália, deve-se ao judaísmo, que orienta as seitas de diversos matizes que frequentam os seus antros. Mazzini flertou com a sinagoga, e os frutos desses flertes para o Capitólio de Roma são bem conhecidos. Também Garibaldi flertou com a sinagoga, assim como Cavour, Farini e Depretis. Servos humildes da sinagoga foram e ainda são muitos desses grandes homens a quem o público crédulo ergueu ou ainda ergue bustos e monumentos para glorificar seu amor à liberdade e à pátria.

Mas é supérfluo perder tempo em provar um fato mais claro do que o sol do meio-dia. Em seguida, indicaremos o fim último que o judaísmo tem em vista ao operar de maneira anticristã e ao pilhar, por meio da Maçonaria. Esse fim último é a dominação universal, é o domínio mundial, acalentado como artigo de fé pelos cabalistas degenerados de Israel. Como escreveu uma personagem respeitável, em livro publicado há pouco tempo:

“Há cerca de trinta anos, pouco antes de 1859, um diplomata eminente, muito conhecido em Viena, de cuja boca nós mesmos ouvimos este relato, veio da capital

de um Estado sul-americano à Europa, e viajava com ele o então ministro brasileiro dos negócios estrangeiros, Grão-Mestre das lojas maçônicas do Brasil.³⁵ A longa e enfadonha travessia fez com que os dois estadistas travassem, de certa forma, amizade. ‘Verá o senhor’, disse-lhe um dia o Grão-Mestre, ‘que na Europa se formarão três grandes monarquias: a romana, sob a Casa de Savoia; a alemã, sob os Hohenzollern; e a eslava, sob os Romanov-Gottorf. Essas três monarquias servirão de transição para três grandes repúblicas europeias, das quais, então, surgirá aquela grande república do gênero humano que é o objetivo de toda a irmandade iniciada.’”³⁶

Através da república, o judaísmo quer em toda parte apoderar-se do poder, sob o mesmo manto sob o qual já se apoderou dele e o exerce livremente na França.

Celebrando, em 1889, o primeiro centenário da Revolução Francesa, o Grande Oriente de Paris realizou um Congresso composto de representantes dos dois hemisférios, de modo que pôde chamar-se Congresso Mundial. Os atos deste concílio clandestino vieram suficientemente à luz pelos discursos e brindes ali proferidos. Sobre qual ponto insistiram mais a maioria dos oradores, para seus augúrios ou, melhor, para suas profecias? Eis aqui: Que o mundo cristão, cem anos depois das convulsões de 1789, jazia em agonia de morte e, pelo ano 2000, estaria acabado; que a destruição das monarquias e das religiões naqueles países ainda imunes aos benefícios dos êxtases de 1789 era iminente; que, enfim, surgiria essa república universal, cuja vinda foi celebrada com entusiasmo delirante.³⁷

Mas como nas monarquias, com suas tradições dinásticas, concentram-se os patrimônios morais e civis das várias nações, e como a religião comum costuma ser protegida pelas monarquias — o que constitui força fundamental dos Estados em todos os países não submetidos à Maçonaria —, assim também, no tocante a elas, é verdade que a luta pela sua ruína, a fim de substituir a solidez dos tronos pela fragilidade do governo pela graça do povo, é de máximo proveito para as aspirações de uma raça que não possui pátria, nem culto público, nem forma própria de governo, mas vive dispersa por todas as regiões para subjugar-las.

Também é digno de nota que a desordem política, religiosa e econômica que na Europa deriva caracteristicamente da questão judaica tenha produzido esse socialismo que deveria fazer ferver o sangue e acelerar o pulso dos judeus. Pois parece que ele será o terrível flagelo da justiça divina para esmagar a arrogância judaica e, ao mesmo tempo, fazer os judeus expiarem sua insolência luciferina.

³⁵ Ao que tudo indica, trata-se de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, Ministro dos Estrangeiros durante o Gabinete Abaeté (1858–1859). (Nota d’O Recolhedor)

³⁶ *Interessante Enthüllungen aus der geheimen Werkstätte der Freimaurerei* (“Revelações Interessantes da Oficina Secreta da Maçonaria”) (Leo Woerl, 1888).

³⁷ Cf. *L’Univers*, Paris, 5 de agosto de 1890.

PARTE 3: OS REMÉDIOS

Há alguns anos, um escritor francês concluía uma de suas vigorosas obras sobre a invasão judaica de sua pátria com uma análise que continha substancialmente o seguinte. Os cristãos franceses jamais deveriam esquecer que esses judeus, de nomes bárbaros e de origem bárbara, a maioria dos quais sequer possui cidadania, em menos de um século tornaram-se nossos senhores. Sua invasão ocorreu em três fases: a de 1791, quando todas as instituições nacionais desmoronaram; a de 1815, quando a França caiu prostrada; e a de 1870, quando as armas alemãs mutilaram a França.

Quando, em 1789, se abriu a era da revolução contra a hegemonia da nobreza e do clero, o que militava contra essas duas ordens da nossa civilização e contra a posse, por elas, de dois terços do solo francês? Taine justificou recentemente as origens dessa posse. A nobreza se formara defendendo o território contra os inimigos externos e, assim, garantindo segurança e glória à nação. O clero tinha grandes méritos por ter civilizado a nação, refinado seus costumes e enriquecido-a mediante o saber, os monumentos e milhares de instituições caritativas diversas.

As posses do clero eram avaliadas em cerca de 4 bilhões. Mas, em 1789, contavam-se ao menos 130.000 eclesiásticos e religiosos na França. Consequentemente, o capital, dividido entre eles, reduzia-se a cerca de 30.000 francos por pessoa, resultando num rendimento de 1.500 por pessoa. Não se tratava, portanto, de grandes fortunas, salvo se se considerasse o grande número de pessoas que conseguiam viver desses rendimentos e as inumeráveis esmolas que distribuíam por toda parte. Apesar disso, tal patrimônio legítimo foi classificado como abuso monstruoso e confiscado.

Cem anos mais tarde, não são mais 130.000 dos nossos padres ou religiosos, mas 60.000 judeus, que não são de modo algum franceses, mas estrangeiros, que constituem, não um estado ilustre por méritos excelentes para a pátria, mas antes uma turba voraz de cosmopolitas imigrados, que arrebataram, em nossa própria casa, não apenas 4 bilhões, mas muito bem 90 bilhões.

E agora, senhores da confiança pública, desejam ardentemente cegar o povo simples, instigando-o contra o clero e, assim, ocultando sua monstruosa riqueza mediante as mais perversas paixões populares. Ó maravilha: durante a primeira revolução, censurava-se ao clero seus 4 bilhões; e hoje ninguém se espanta ao ver que a fortuna de uma só família de hebreus (a dos Rothschilds), que veio para nos saquear completamente em pouco mais de sessenta anos, atinge essa mesma soma. E mais: essa raça, não contente em nos sangrar, faz todos os esforços para nos arrancar a fé em Cristo e tudo o que há de mais belo na nossa cultura! Assim, por fim, exclamava apaixonado o escritor francês:

“Cristãos franceses, unamo-nos para frustrar a maligna conspiração; formemos uma liga de defesa contra esses inimigos do nosso nome, da nossa raça, das nossas crenças e das nossas tradições patrióticas.”

Um grito semelhante começa a fazer-se ouvir em outros países e poderá em breve elevar-se também naqueles onde ainda não é ouvido, mas se fará ouvir antes que muito tempo passe, quando talvez já não sirva de muito.

Mas será essa liga de defesa, cuja constituição tanto se deseja, um remédio realmente eficaz para resolver a questão judaica, que a cada dia se torna mais odiosa para os povos que definham, oprimidos e acorrentados por ela?

Os que conhecem a história sabem que o problema do predomínio dos judeus sobre os cristãos é tão antigo quanto o próprio cristianismo. Não há país que não encontre registrado em sua história um vaivém constante entre permitir aos judeus permanecer em suas fronteiras ou expulsá-los solenemente por causa de seus abusos e delitos. Mas até o nosso século, a tribo hebraica foi apenas tolerada nos reinos cristãos, sendo sempre vista com permanente suspeita como hostil, estrangeira e malévola, sujeita a leis especiais de exceção, que constituíam a defesa comum contra a sua permanência nesses territórios.

Atualmente, já não é assim. Graças aos princípios da revolução, que ele empregou praticamente em toda parte, o judeu passou a gozar do benefício da lei comum: a lei o considera igual aos demais em todos os aspectos e o protege tanto quanto aos outros cidadãos. Assim, a política defensiva da sociedade cristã foi abolida e foi concedida ao judeu plena liberdade para voltar-se contra as próprias sociedades que lhe dão abrigo em seu seio.

Esta é a mais importante conquista da *liberdade* que o judaísmo pôde obter por meio da Maçonaria, onde quer que a ela esteja sujeito e constitua seu aliado.

Mas, para consolidar tais conquistas, o judeu se esforçou por eliminar tudo o que era histórico e nacional nas instituições dos diferentes Estados, reduzindo todos eles, uns mais, outros menos, exceto a Rússia, a uma forma de governo que assegurasse que o grosso do poder repousasse nas mãos de oligarquias, direta ou indiretamente dependentes dele, como, por exemplo, os modernos parlamentos, que fingem, através de contínua ficção legal, governar em nome da soberania nacional, mas, de fato, impõem-nos o governo de uns poucos que, muito legalmente, tiranizam todos os demais.

Estabelecidos como axiomas do direito público, os princípios da igualdade de todos em tudo, e do direito dos partidos predominantes de governar a nação e o Estado sem religião, permitiram ao judaísmo, através do instrumento da Maçonaria,

alcançar o auge do poder que o embriaga e dominar o povo cristão, para saqueá-lo, corrompê-lo e esmagá-lo, como faz agora na maior parte da Europa.

Assim, a arma mais forte de defesa contra o judaísmo opressor está quebrada nas mãos dos cristãos, e enquanto se mantiverem em vigor os insidiosos *direitos do homem*, promulgados em 1789, e as legislações parlamentares de hoje, não há esperança humana de libertação dos cristãos do jugo judaico-maçônico que os desgasta e perverte as populações.

Entretanto, o escritor citado que convida os cristãos a se agruparem numa liga de defesa demonstra com justiça sua necessidade nestas palavras, infelizmente demasiado verdadeiras:

“Compreendi, católicos, compreendi, todos vós que, embora não sigais a religião de Jesus, nascestes cristãos, ou seja, filhos de pais civilizados: os judeus, bárbaros ainda no século XIX, conservam sua antiga força ofensiva, e não só a conservam, mas a multiplicam cem vezes, assaltando-nos pelas brechas que lhes abriu a revolução, e certos da vitória, investem contra nós. E vós, perdestes o direito de defender-vos; diante de um inimigo já meio vitorioso, permanestes desarmados. Eis aí o perigo, mil vezes mais grave que o dos nossos antigos conflitos com o judaísmo. Em virtude de quais princípios ou direitos poderia a revolução repelir sua invasão? O Estado é ateu, ou ao menos se declara neutro em relação às religiões, e deixa o campo livre, não à melhor delas, mas àquela que for mais audaciosa em conspirar. Ademais, o Estado proclamou a igualdade absoluta de todos os cidadãos, liberdade sem restrições, e, em tais condições, a sociedade converte-se numa luta tumultuária entre forças diversas e opostas, entre as quais há de prevalecer a mais poderosa. E, infelizmente, a força mais poderosa é sempre a mais maliciosa, aquela que, na escolha dos meios, não recua sequer perante a desonestidade.”

Posto isto, desejamos relatar, conforme já anunciado, algumas propostas de publicistas que não são movidos por inveja socialista da riqueza dos hebreus, mas animados por um zelo pela religião e pela pátria, que, aliás, se preferiria ver melhor moderado pela justiça. Assim, na Alemanha, Áustria e França, existe uma corrente de pensamento que apresenta um remédio para a libertação da praga judaica, que seria, por si, o mais radical de todos, mas que não se conformaria ao espírito cristão e cuja realização seria impossível no momento.

Depois de demonstrar, com centenas de fatos e documentos, que, em geral, os hebreus constituem uma praga para a sociedade cristã e um flagelo para a Igreja de Jesus Cristo, eles sustentam que o direito de fazer guerra contra eles, como inimigos públicos, é manifesto. Mas, por não parecer conveniente recorrer ao derramamento de sangue, limitam o que deveria ser feito a dois pontos: Que o

judeu restituia o que roubou; que seja expulso do nosso território em seguida. Pela confiscação de seus bens e pelo exílio, o grande mal por ele causado aos países que lhe concederam igualdade legal seria reparado, e sua perniciosa ingratidão para com a cultura desses povos, punida.

Que tal confisco seria justo, quem pode duvidar? A maior parte dos tesouros possuídos pelos judeus é de origem ilícita, adquirida por fraude, usura e peculato. Se não se impõe um limite a esse escandaloso acúmulo, dentro de poucas décadas quase todo o capital móvel e imóvel dos cristãos terá caído em suas mãos.

É absolutamente legítimo, senão sempre para indivíduos particulares, certamente para a nação espoliada, recuperar o ganho ilícito dos ladrões.

E mais: mesmo supondo, sem admitir, que os bens acumulados pelos judeus tivessem sido adquiridos justamente, mas também supondo-se que se tenha o direito legítimo de lhes fazer guerra, então certamente se teria também o direito de lhes impor o mal menor da confiscação. Acresce que o ouro é a arma mais poderosa com que os judeus exterminam a religião e oprimem o povo; consequentemente, em matéria de necessária defesa, tem-se ao menos o direito de lhes arrancar essa arma.

E, se não houvesse outra razão, haveria ainda o direito de se exigir reparação pelos danos materiais e morais inestimáveis que causaram ao povo cristão. Eis o caso em que se realiza a memorável sentença do ilustre Pedro, o Venerável: *Serviant populis christianis, etiam invitis ipsis, divitiae Judaeorum* — “Sirvam os bens dos judeus aos povos cristãos, ainda que contra a vontade deles”.

Essa primeira parte do remédio resultaria naquilo que, há alguns anos, num congresso de antissemitas, foi expresso sob a forma de um desejo: que aos judeus se aplicassem as mesmas leis que eles próprios fizeram e permitiram contra a Igreja e que foram promulgadas pelos maçons dominantes nos países católicos. Que, por decreto de apenas duas linhas, todos os bens dos judeus, sem exceção, fossem declarados *nacionalizados*. Haveria imediatamente recursos para saldar as dívidas públicas dos Estados.

Não é nossa intenção examinar criticamente essa proposta formulada de modo mais profundo. Basta dizer que a história está repleta de exemplos de sua execução. Mas, para ser legítima, tal confiscação teria, antes de tudo, que ser decretada por aqueles que, nas nações, exercem regularmente a autoridade pública. E, em segundo lugar, deveria ser realizada segundo certa norma de justiça e de caridade cristã. Nem todos os hebreus são ladrões, trapaceiros, usurários, maçons, patifes e corruptores de costumes. Por toda parte se pode contar entre eles um certo número que não está implicado nos ardis dos demais.

Como seria justificável incluir esses inocentes na punição merecida pelos culpados?

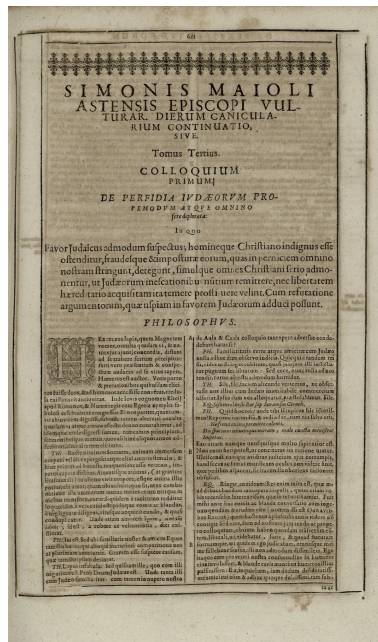
Os defensores do remédio drástico respondem que, mesmo nas guerras mais justas e santas, grande número de inocentes também perece; que, sem distinção, todos os hebreus agem solidariamente entre si; que todos nutrem, em seus corações, ódio mortal contra o cristão; que todos, de um modo ou de outro, contribuem para sua destruição; que a experiência de outrora demonstrou como o hebreu sempre abusou da misericórdia e da caridade dos cristãos para vingar-se e persegui-los; e que, conseqüentemente, essa lei da necessária autodefesa, que não se confunde com vingança, deve prevalecer sobre toda consideração. *Salus populi, suprema lex esto* — “A salvação do povo seja a lei suprema”.

Visto que, no presente, estamos tratando apenas de um esboço, que certamente não será agora desenvolvido em mais detalhes, ficaremos por aqui. Basta acrescentar que, em todo caso, justiça e caridade teriam que ser asseguradas por boas razões, face ao rigor de medidas tão draconianas.

Mas a confiscação não bastaria, insistem os defensores desse remédio; na verdade, de pouco adiantaria se o inimigo comum obtivesse refúgio no território do Estado. Não se deveria dizer: “Morte ao judeu!”, mas antes: “Fora o judeu!”. Que viva, sim, mas longe de nós.

Um autor francês escreve:

“Mais de dez séculos bastam para provar que entre a nossa raça e a dos hebreus existe uma incompatibilidade de humores absolutamente intransponível. Jamais poderemos viver juntos sem os maiores riscos. Já na época do Renascimento, o bispo Simone Majoli, em seu célebre livro ‘De perfidia Judaeorum’ (‘Da Perfídia dos Judeus’), ensinava aos cristãos a única solução que lhes restava para se libertarem desses inimigos implacáveis do seu nome, da sua pátria, da sua fé, da sua paz, dos seus bens, a quem chamava de traidores, celerados sem par do gênero humano, exército de contenciosos, malandros — ‘furciferi’ —, flagelo dos homens honestos e indignos de tolerância. Conceder-lhes, como fez a revolução, o direito de cidadania foi soltar vampiros sobre o país, foi abrir, por sentimento de humanidade, a jaula de feras selvagens. Essa raça não tem direito de residir em nosso solo. Se aí está, é para no-lo arrebatarmos aos cristãos, ou para conspirar em detrimento de nossa fé. Encontramo-nos diante de um inimigo que aspira a privar-nos da terra e do céu.”



Dom Simoni Majoli, *Dierum canicularium tomus tertius: De perfidia Judaeorum* (Schönwetterus, 1642)

Limitamo-nos a observar que, mais uma vez, o banimento universal dos judeus de reinos e Estados inteiros possui muitos precedentes históricos. Mas esse banimento foi legítimo porque emanou da autoridade legítima. Além disso, se tal remédio tivesse de ser aplicado em todos os países civilizados, onde se encontraria lugar na terra para os oito milhões de judeus que se espalham, como parasitas, por toda parte?

“Que vão para onde quiserem”, repete o mesmo autor; “seu destino é vagar eternamente como errantes”. Pois bem, que vaguem pelo mundo. Não cessaremos de repetir a antiga prece da santa liturgia:

Auferte gentem perfidam

Credientium de finibus.

(“Removei o povo perverso dos confins dos fiéis.”)

Por mais que tal banimento em massa, como hoje se lhe chamaria, pudesse justificar-se em certas circunstâncias e em países determinados, embora em prática não fosse universalmente exequível, ele contradiz, todavia, os desígnios de Deus, o qual, pela boca de seus profetas, fez de Israel maldito, espalhado por toda a terra, um testemunho palpável da verdade do cristianismo.

Diferente tem sido sempre a atitude da Igreja, dos Papas e dos príncipes católicos em relação a este povo, que há quase vinte séculos se encontra sob a maldição do deicídio: *Sanguis eius (Jesu) super nos et super filios nostros* [“Que o Seu sangue (de Jesus) caia sobre nós e sobre nossos filhos”],³⁸ como a sinagoga de Caifás

³⁸ Mt 27,20.

invocou sobre si mesma e sobre a sua descendência. No entanto, citando os irmãos Lémann, convertidos do judaísmo:

“Os Papas sempre permitiram benevolmente que os hebreus residissem em sua cidade. Esse povo errante era livre de ir ou não ir para lá, mas sempre foi, e, em gratidão, chamou Roma de ‘o Paraíso dos Hebreus’.”

E os reis, em sua maioria, imitaram os Papas. Toleraram a presença dos judeus em seus Estados, mas, por meio de leis prudentes, protegeram a fé e os bens de seus súditos cristãos.

Mesmo supondo que o remédio do banimento universal dos hebreus fosse viável hoje, não estaria ele de acordo com o modo de pensar e agir da Igreja Romana.

Os seguidores de uma escola mais moderada fazem diversas sugestões, mais ou menos eficazes, para conter a hegemonia judaica, as quais, porém, são muito difíceis de executar na atualidade.

Além daquelas sugestões de ordem moral, relativas às relações dos cristãos com os hebreus, e das de ordem política, relativas à liberdade de imprensa, principal força do poder judaico, bem como à tolerância à seita maçônica, apresentam-se também propostas econômicas ou sociais, entre as quais figuram em primeiro lugar as que dizem respeito à posse da terra e ao chamado capitalismo.

É evidente que os empréstimos usurários concedidos pelos hebreus, mediante hipotecas imobiliárias, facilitam ano após ano a transferência do território nacional da posse dos cristãos para a dos hebreus. Na Áustria, estima-se que, por esse meio, cerca de 10.000 propriedades rurais passam anualmente às mãos dos judeus; na França, Itália e em outros lugares, a situação não é muito diferente. Se as coisas continuarem assim, chegar-se-á ao ponto em que as terras cultiváveis dessas várias nações se converterão em imensas propriedades pertencentes a um punhado de Césares estrangeiros, aos quais o povo servirá como escravo.

Ora, aqui se apresenta o remédio para tão grande mal: uma lei composta de apenas dois simples artigos: (1) Proíbe-se a qualquer estrangeiro toda propriedade de terra rural no país; (2) Os judeus equiparam-se aos estrangeiros.

O primeiro artigo seria uma medida absolutamente justa de defesa e proteção para a nação. Note-se que a proibição se restringiria exclusivamente à propriedade rural: ainda se permitiria aos estrangeiros a posse de imóveis urbanos. Quanto ao segundo artigo, seria ele necessário em virtude da peculiaridade do judeu, que, entre nós, é sempre cosmopolita, pois, além do simples fato de nascer na Alemanha, Inglaterra ou Itália, continua sendo apenas judeu, e nunca

verdadeiramente alemão, inglês ou italiano. E esse cosmopolitismo de sua tribo é admitido pelos próprios judeus.

Padre Georges de Pascal dizia:

*“Assim, não será útil recorrer à conversa fiada da ‘igualdade’ e dos ‘direitos iguais’. Querer direitos iguais sob condições sociais desiguais é desejar roupas idênticas para estaturas desiguais. O que é justo, o que é necessário, o que é igual, dizia um dos nossos grandes estadistas, é o respeito igual a direitos desiguais. Nossos antepassados compreenderam muito bem isto, e, por essa razão, o edifício do Estado permanecia, afinal, em bela harmonia, e não nessa anarquia que hoje se deplora.”*³⁹

Mas essa defesa externa teria de ser combinada com uma sábia regulamentação interna da propriedade, sobretudo da pequena e da minúscula, para protegê-la contra a voracidade da usura.

Onde não se estabelecerem tais garantias, o proletariado urbano se verá excessivamente inchado pelo campesinato: pessoas que, desatadas dos vínculos que as prendiam à terra, e deixadas sem pátria, sem teto, sem cama, cairão nas mãos de quem souber explorá-las para revolucionar a sociedade.

Entretanto, pouco se ganharia se, ao mesmo tempo, não se armasse, mediante boas leis, contra os abusos do capitalismo, o nervo principal do atual poder judaico na Europa. A chamada liberdade das transações monetárias, atrás da qual se escondem as mais execráveis infâmias da usura, equivale à ruína da ordem econômica das nações, tal como a liberdade de imprensa o é para sua ordem moral, política e religiosa.

O Dr. Ratzinger afirma com justiça:

“A expropriação da sociedade, por meio do capital líquido, realiza-se com a mesma precisão com que se regem as leis da natureza. Se nada se fizer para detê-la, em cinquenta, ou no máximo cem anos, toda a sociedade europeia estará abandonada, de mãos e pés atados, à mercê de umas poucas dezenas de banqueiros judeus.”

Não é necessário, para nossos propósitos, entrar em detalhes sobre as múltiplas reformas que essa escola expõe e ilustra, animada das melhores intenções, procurando conciliar os direitos do povo cristão com a justiça e a caridade devidas aos hebreus, para libertar o cristianismo da opressão infligida pelo judaísmo.

³⁹ *La Juiverie* (Blériot, 1887), p. 107.

Mas enquanto o cristianismo não sacudir o jugo político da Maçonaria, será vão propor ou discutir soluções possíveis para a libertação. A única solução, e ao mesmo tempo a mais segura, é voltar atrás e retomar o caminho de onde se desviou. Se os hebreus não forem colocados em seu lugar por leis humanas e cristãs, certamente, mas ainda assim leis de exceção que os privem da *igualdade civil* — à qual não têm direito e que é até tão perniciosa para eles quanto o é para os cristãos —, pouco ou nada se conseguirá. Visto ser inevitável sua presença nos diversos países; visto o caráter inalterável de serem *estrangeiros* em todo país, inimigos de cada país que os tolera, e uma *sociedade sempre separada* das sociedades em cujo seio vivem; visto a moralidade do *Talmude* que seguem, e o dogma fundamental de sua religião que os impele a se apoderar, por quaisquer meios, dos bens de todos os povos, porque lhes atribui a posse e o domínio de todo o mundo; visto que a experiência de muitos séculos, e a que estamos vivendo agora, provou e continua provando que a *igualdade legal* concedida aos hebreus nos Estados cristãos resulta, ou em sua opressão aos cristãos, ou no seu massacre pelos cristãos — resulta daí que o único meio de conciliar a residência dos hebreus com os direitos dos cristãos é regulá-la com tais leis que, ao mesmo tempo, impeçam os hebreus de ofender o bem-estar dos cristãos, e impeçam os cristãos de ofender o dos hebreus.

E foi isso justamente o que, de modo mais ou menos perfeito, se fez no passado; é isso que, há um século, os hebreus têm tentado abolir; mas é também isso o que, cedo ou tarde, voluntária ou involuntariamente, se verá forçado a restaurar, e talvez os próprios hebreus acabarão constrangidos a pedir que se restaure. Pois o predomínio a que a legislação revolucionária atual os conduziu está cavando sob seus pés um abismo cuja profundidade corresponde à altura a que subiram. E ao primeiro rebentar da tempestade que eles mesmos estão provocando, mediante o seu atual predomínio, sofrerão uma ruína tão enorme, que será um acontecimento sem igual na sua história, assim como é sem igual a audácia moderna com que têm pisado as nações que loucamente os exaltaram.

Não faltam escritores que opinem que a questão judaica se resolverá pela conversão de Israel ao cristianismo, e que isso será o triunfo da Igreja que precederá o fim do mundo. Pois um dos sinais dos tempos finais consistiria precisamente no retorno dos hebreus ao Deus que eles entregaram à Cruz no Calvário. Essa conversão, da qual já se observaram claros indícios, redundaria novamente em proveito da Igreja, não apenas pela imensa riqueza que o judaísmo possui, mas também pela influência quase ilimitada que hoje exerce em quase toda parte.

Que a entrada de Israel apóstata no redil de Cristo seja um dos sinais mencionados na Sagrada Escritura como antecedendo o fim do mundo, não há

dúvida alguma. Mas que já se manifestem sinais dessa entrada, não sabemos como poderíamos nos convencer disso. Esse povo disperso e errante, que deve existir sempre, para testemunhar a fé em Jesus Cristo, não só pelo patrimônio das Escrituras que conservaram, mas também por sua própria condição, permanece ainda hoje o mesmo que se tornou após a destruição de Jerusalém: um povo sem rei, sem sacerdócio, sem templo, sem pátria, sem esperança, e o mais encarniado inimigo do Nome e da Igreja de Jesus Cristo, a quem seus antepassados crucificaram. Mas que eles começassem a tomar um rumo melhor, e a abraçar como Salvador Jesus, a quem mataram, disso não discernimos sinais claros nem vagos.

Há quem veja tais indícios na posse do direito de igualdade civil de que [Israel] goza quase em toda parte hoje. Daí, alguns sustentam, resulta que muitos judeus se tornaram incrédulos e não professam religião alguma, senão a do bezerro de ouro, e que muitos outros, pelo seu contato mais liberal com os cristãos, se aproximaram da Igreja, na qual hoje entram sem muito alarde, mas em número considerável. Se nos limitarmos ao que é visível e palpável e ao que demonstramos longamente, parece-nos poder dizer que a igualdade concedida aos hebreus pela seita anticristã [isto é, a Maçonaria], onde quer que tenha usurpado o governo dos povos, produziu o efeito de unir o judaísmo à Maçonaria na perseguição à Igreja Católica, e de elevar a raça judaica tanto em seu poder oculto como na abundância manifesta de suas riquezas sobre os cristãos.

Que não poucos israelitas se tornem protestantes, ou melhor, finjam aderir ao cristianismo nacional dos luteranos, calvinistas, anglicanos, e assim por diante, é bem sabido, mas também é sabido que essas conversões fingidas se devem a tudo, menos a razões religiosas. Que outros passem da sinagoga ao catolicismo pode ser autêntico, no caso de o fazerem secretamente; mas exatamente por se dar secretamente, tais conversões não bastam de modo algum para constituir um sinal reconhecível.

Em todos os séculos, de resto, Deus atraiu, em grau variável, número considerável de judeus à sua Igreja, às vezes mais, às vezes menos, e não seria correto comparar os convertidos do nosso tempo aos das épocas passadas. Mas é certo que, no presente, o judaísmo, considerado em seu conjunto, se mostra incomparavelmente mais inclinado ao ódio e à supressão do cristianismo do que à benevolência para com ele e sua edificação. E o satanismo, pelo qual a Maçonaria move sua campanha contra tudo o que sabe ser católico, não é alimentado de forma mais insidiosa por outra coisa senão pela pena, pelas maquinações, pelas sugestões e pelo ouro dos israelitas.

Assim, se a solução da questão judaica na Europa tivesse de ficar adiada até a missão de Henoc e Elias, pensamos que antes disso ainda haveria tempo bastante para ver a Europa converter-se, durante longos séculos, numa única imensa plantação explorada pelos judeus mediante o trabalho e o suor dos cristãos reduzidos à escravidão. Consequentemente, esse não é um remédio em que possamos aquiescer, pois é, por um lado, demasiado fantástico e, por outro, demasiado remoto.

Qual deve ser a verdadeira solução do problema, e a cura radical do mal judaico na Europa, foi claramente demonstrado, assim como também foi demonstrada a impossibilidade prática de recorrer a esse remédio enquanto existirem governos que continuam a substituir os dez mandamentos, a fé e o Evangelho de Cristo pelos princípios glorificados pela Revolução Francesa. Se as sociedades cristãs, afastadas da Igreja de Jesus Cristo, não voltarem a Ela, esperarão em vão por sua libertação do jugo de ferro dos judeus. Enquanto o pecado perdurar, também perdurará, e até se intensificará, o castigo.

A apostasia dos gregos foi punida pelos muçulmanos, que destruíram o seu império. O instrumento escolhido pelo Céu, em sua ira, para castigar a cristandade degenerada do nosso tempo, são os judeus. Seu poder sobre o cristianismo cresce continuamente, juntamente com o predomínio daquele espírito maligno que, no seio do cristianismo, sucedeu aos direitos de Deus com os direitos do homem. A justiça do Eterno serve-se do povo mais apóstata e mais amaldiçoado para castigar a apostasia das nações mais favorecidas por Sua misericórdia.

A França é exemplo disso. Acaba de celebrar o primeiro centenário daquela revolução que a separou de Deus, da Igreja e de seus reis. Mas como celebrou ela essa solenidade? A França prostrou-se no pó do templo maçônico de Salomão, humilhada aos pés da sinagoga talmúdica, escrava de um enxame de abutres estrangeiros que já lhe sugaram três quintos do patrimônio de seus antepassados. E assim, a revolução de 1789 lhe proporcionou o glorioso lucro de passar da nobre submissão a seus reis cristianíssimos para a ignóbil servidão aos reis de Mammon.

Diversa da França é a Itália. É aquele país ao qual, por mais de trinta anos, mais do que às outras nações, a Maçonaria infundiu o veneno daquelas liberdades que quase mataram a França. E os efeitos se mostram deploráveis, não só nos aspectos políticos, econômicos ou morais, nos quais ela se assemelha cada vez mais à sua irmã mais velha, mas também na escravidão ao gueto, que, por meio da Maçonaria, submete a Itália cada ano mais ao seu domínio.

Pois bem, formem-se ligas de cristãos que queiram, de algum modo, deter o dilúvio do judaísmo que invade e, livre de qualquer freio, devasta, juntamente com as riquezas materiais, também os mais preciosos tesouros da nossa fé e da nossa

civilização; pois bem, divulgue-se entre o povo a ideia da necessidade, para o bem público, de reconduzir este rio pernicioso ao seu antigo leito, por meio de leis justas; escreva-se, imprima-se, fale-se, lute-se por isso, sempre nos limites permitidos pelo Evangelho. Mas que ninguém que possua verdadeiro amor à religião e à pátria se canse de, por toda parte, repetir sempre, sem cessar, esta grande verdade: que para as nações que apostataram em bloco da Igreja para seguir as ilusões maçônicas, os judeus modernos constituem o flagelo da justiça divina, e que toda a doçura do liberalismo resultará em atraí-las para o abraço do voraz polvo do judaísmo.

Toussenel, Proudhon, Lafargue e centenas de outros predisseram qual seria necessariamente a solução da questão judaica na Europa. Assim como os bárbaros de fora resolveram a questão judaica do mundo romano já corrompido, assim também os bárbaros de dentro resolverão a questão atual, surgida da chamada classe dominante ou burguesa, que foi seduzida, embriagada e corrompida até a medula pelo judaísmo.

Não foi essa classe que, por ódio a Cristo, rejeitou qualquer reforma social fundada sobre a justiça cristã? Pois bem, o novo Átila se desencadeará sobre suas repúblicas, suas monarquias, suas instituições, suas bolsas, seus teatros, suas fábricas, seus lugares de recreio, e as arruinará juntamente com os judeus. Não repudiaram em conjunto o Ungido do Senhor? Em conjunto se deleitarão em Barrabás. E quando Barrabás os tiver tratado como merecem, o Ungido do Senhor voltará à Sua casa e mostrará que permanece sempre verdadeiro isto: que quem ergue contra Ele seus cornos, acabará, vencido, lambendo o pó de Seus pés — *pulverem pedum tuorum lingent*.⁴⁰

Fonte original: <https://archive.org/details/ballerini-raffaele-della-questione-giudaica-in-europa-la-civiltà-cattolica-1890/mode/2up>

APÊNDICE: SOBRE O TALMUDE

Muitos não percebem que a maioria dos judeus que vivem entre nós não são o povo do Antigo Testamento. Embora a maioria dos judeus que vivem nos Estados Unidos se identifiquem como judeus *reformistas* ou *conservadores* (o que erroneamente implica uma correção de erros anteriores de interpretação), esses dois ramos judaicos seguem essencialmente a psicologia talmúdica de aplicar invenções humanas para substituir as Escrituras divinas. Portanto, esses dois ramos — cujos integrantes em sua maioria são favoráveis ao aborto, ao controle

⁴⁰ Is 59,23. Acabamos de saber que já está no prelo a tradução italiana da obra de Martinez, *Le juif, voilà l'ennemi!*, com anotações para a Itália, e que poderá em breve ser publicada.

de natalidade e aos direitos homossexuais — pouco têm a ver com o Antigo Testamento.

Os judeus ortodoxos (talmúdicos), referidos como judeus farisaicos no Novo Testamento, reconhecem ostensivamente a autenticidade divina do Antigo Testamento, mas acrescentam e subtraem dessas leis, conforme dita a sua assim chamada lei oral. Quando organizaram essa lei oral no *Talmude* escrito (se é que esse labirinto pode ser chamado de “organizado”), afirmaram que esse extenso acréscimo legal foi dado por Deus a Moisés no Monte Sinai ao mesmo tempo em que o Pentateuco escrito foi ditado.⁴¹

Embora seja altamente questionável que um tratado tão extenso de 2.700 páginas, em letras miúdas, pudesse ser memorizado ao longo desse período de 1.700 anos apenas por transmissão oral, isso também é altamente ilógico, pois essa tradição oral contradiz a lei escrita, acrescentando ou subtraindo à vontade às leis bíblicas. É impossível para um estudante estudar essa amálgama e conseguir entendê-la.

O *Talmude* — que consiste na *Mishná* do século VI, ou repetição, e na *Guemará* do século VI, ou complementação — segue o formato de Justiniano, no qual a *Mishná* seria as *Institutas*, ou elementos, ou primeiros princípios de uma lei que já não é oral, enquanto a *Guemará* seriam os *Pandectas* ou *digestos*, contendo a opinião de doutores rabínicos eruditos, exceto que a *Guemará* não está digerida de maneira sistemática. Usando o estilo ostensivo da dialética socrática, perguntas são feitas em uma parte e podem ser respondidas centenas de páginas depois. É em grande parte incoerente e muitas vezes vil e obsceno.

Até rabinos eruditos nos dizem que, sem o comentário de Rashi, o *Talmude* não pode ser compreendido. Rashi é um acrônimo para Rabino Salomão, filho de Isaac, de Troyes (1040–1105), que às vezes também aparece sob o nome de Yarchi ou Jarchi, significando “lua” em hebraico, tendo sido ligado por alguns a uma cidade francesa chamada Lunes, ou lua em inglês.

Outros rabinos, baseando-se em Rashi e em outros, escreveram os livros de códigos interpretando as interpretações do *Talmude*, e assim o assim chamado povo do livro nos apresenta com incontáveis milhões de palavras de suas próprias opiniões, a maioria das quais nada tem a ver com o Antigo Testamento.⁴² Esse

⁴¹ Existem dois Talmudes, um escrito na Babilônia e outro em Jerusalém. Os rabinos consideram o babilônico como o autoritativo.

⁴² Os rabinos cegos estabeleceram o direito de acrescentar essas milhões de palavras, baseando-se numa pequena palavra hebraica no Pentateuco (Pi) que significava boca. Encontra-se em Êxodo 34,2–7. Mas a palavra é uma partícula expletiva, denotando o modo e o valor de qualquer coisa, como aparece em Gênesis 43,7 e Levítico 27,18 e, portanto, deveria ser corretamente traduzida como “o teor” dessas palavras. Ainda assim, seu rabino Johannes, no início mesmo de *Halicoth Olam* (“Caminho Eterno”), infere daqui que Deus fez agora um pacto com seus pais, concernente a

incessante ruído insetil sufoca as verdadeiras palavras da Bíblia, que são de origem divina.

A parte do *Talmude* chamada *Guemará* contém tratados como *Bava Metzia* (“O Portão do Meio”). Este trata das leis sobre bens móveis e salários. *Bava Kama* (“O Primeiro Portão”) trata das leis relativas a delitos ou danos. E *Bava Bathra* (“O Último Portão”) trata das leis relativas a propriedades imóveis. *Berakhot* (“Bênçãos”) é um tratado que trata de orações e bênçãos. *Rosh Hashaná* (“Cabeça do Ano”) trata do Ano Novo (feriado descrito no Pentateuco como o primeiro dia do sétimo mês, e em Ezequiel 40,1 como Rosh Hashaná) e do calendário. *Sanhedrin* (“O Grande Conselho”) trata do sistema judiciário.

Os livros de códigos buscam classificar essa estupenda amálgama de leis que somam mais de 11.000 estatutos. O Pentateuco possui apenas 613, dos quais mais da metade não podem ser observados por eles e se aplicam ao Templo inexistente. É importante notar que menos de 300 se aplicam hoje, numa base do Antigo Testamento, em contraste com os mais de 11.000 do *Talmude*.

Dominar esses códigos requer estudo sem fim. O principal chama-se *Shulchan Aruch* (“Mesa Posta”). O *Shulchan Aruch* é o código padrão da lei judaica, escrito pelo Rabino Joseph Caro (1488–1575), e possui, como uma de suas quatro partes, *Chochen Mishput*, significando o peitoral do julgamento usado pelo sumo sacerdote.

A referência a *Kol Nidre* (“Todos os Votos”) diz respeito a uma oração dita pelos judeus na noite do dia mais sagrado do ano, o Dia da Expição — e que significa a voz do voto. Ela pede a Deus que perdoe os judeus por votos que possam fazer no ano vindouro e depois quebrar. Isso é pedir perdão antecipadamente.

Esses códigos ensinam aos judeus leigos muitas coisas que não se encontram na Escritura. Exemplos:

(1) Judeus desempregados devem ter relações sexuais com suas esposas todas as noites, exceto durante aproximadamente doze dias de menstruação,⁴³ sendo que

todas as leis não escritas entregues por palavra de boca. Enquanto aderirem a essa opinião, nunca poderão entender seus escritos divinos. Pois o que pode ser mais claro do que o fato de que o pacto aqui mencionado foi ordenado a ser escrito.

⁴³ As leis de casamento judaicas depravadas se estendem, exigindo até mesmo intercursos sexuais frequentes, gravidez e amamentação (cf. *Code of Jewish Law*, *Kitzur Shulchan Aruch*, ou “Mesa Posta Abreviada”, Hebrew Publishing, 1961, NY, Volume 4, cap. 150, p. 15, item 7). Pode-se ver, assim, que grande erro foi deixar os judeus saírem do gueto, pois isso abriu as portas para uma inundação de sensualidade na civilização ocidental. Notável a esse respeito é o contemporâneo freudismo talmúdico. Ao desconectar a sexualidade da procriação, os judeus demonstraram que caíram na carnalidade, como ensinara Santo Agostinho. Enquanto a Liga Anti-Difamação (ADL)

encontramos na Bíblia apenas sete dias, embora a Bíblia não apenas exija, mas limite as relações sexuais à procriação (ver Santo Agostinho, *Sobre o Bem do Matrimônio*);

(2) Como contornar ilegalmente as leis de liberação de dívidas exigidas ao fim de cada ano sabático;

(3) Que leite e carne não podem ser consumidos juntos, embora a Bíblia apenas proíba cozinhar um cabrito no leite de sua mãe;

(4) O tratamento de todos os não judeus sob as severas restrições destinadas aos cananeus, embora isso obviamente não tenha base na Bíblia.

O tratamento cananeu é encontrado em Deuteronômio 7,2–5, onde essas sete nações foram condenadas à morte por vícios sexuais antinaturais, incesto e outras abominações encontradas em Levítico 20. Embora essa má aplicação da lei para se referir aos descendentes de Jafé (europeus ocidentais) se encontre em todo o *Talmude*, ela é trazida adiante no livro de códigos de Maimônides, no *Livro do Conhecimento* 78a, traduzido como se segue:

“Mas no que diz respeito aos minoanos (hereges) e epicureus (hereges), é mandamento destruí-los com tua própria mão e lança-los no poço da destruição, pois eles perseguem Israel e buscam afastá-los de seu Deus, assim como Jesus o Nazareno e seus seguidores, bem como Zadoque (saduceus) e Boethius (saduceus) e seus seguidores, que seus nomes apodreçam.”

É digno de nota que não só os cristãos devem ser tratados como cananeus, mas também os saduceus e boetianos. Estes últimos são chamados hoje de caraítas, que tentam aderir somente à lei escrita da Bíblia. Por isso, conquistaram o ódio eterno dos talmudistas, mas, em geral, foram reconhecidos como bons cidadãos nos países da Europa Ocidental. O governo alemão, durante 1933–1945, isentou os caraítas da perseguição, mostrando como a Providência livra os bons das chamas do castigo, assim como Sadraque, Misaque e Abednego em Daniel 3. (Ver *Encyclopedia Judaica Jerusalém*, Vol. 10, p. 775.)

Essas interpretações errôneas encheram a história de sangue. A rebelião judaica contra Roma, reprimida em 70 d.C. por Tito, e a chamada revolta de Bar Kochba (filho da estrela, ou rebelião messiânica, segundo o Rabino Akiba), reprimida por Adriano em 132 d.C., têm origem nessa implacável hostilidade rabínica contra

mata Deus nas escolas públicas proibindo a oração escolar e a leitura da Bíblia, ou introduz nas escolas os livros do Professor Eli Wiesel clamando pelo julgamento de Deus (cf. Mateus 27), o jornal judeu *The New York Times* exige preservativos para os estudantes que foram corrompidos pela cultura da ADL que promove os direitos homossexuais. O *Talmude* também sanciona o controle artificial de natalidade em certas circunstâncias.

toda a humanidade. Encontramos em *Epítome* (Livro 68:32), Dião Cássio afirmar que os judeus “comiam a carne de suas vítimas, faziam cintos para si mesmos com suas entranhas, ungiam-se com seu sangue e vestiam suas peles como roupa”.⁴⁴

Esse espírito talmúdico foi levado adiante em nosso século, onde os judeus bolcheviques, como Lazar Moiseyevich Kaganovich, entre 1928–1932, realizaram o extermínio por inanição de 10 milhões de homens, mulheres e crianças durante o extermínio dos kulaks na Ucrânia. Encontramos de forma semelhante nos Estados Unidos a judaica Liga Anti-Difamação (ADL) promovendo direitos ao aborto nos Estados Unidos, levando à morte de 60 milhões de bebês não nascidos.

Embora rezemos pela conversão dos judeus, só conseguimos ver uma repetição do desempenho da década de 1930 se eles continuarem em seu curso atual. Que Deus lhes conceda a sabedoria para compreender as consequências de seus atos e a força para agir em conformidade.

⁴⁴ *Encyclopedia Judaica Jerusalém*, Vol. 5, p. 39, nos diz que os papiros confirmam o relato de Dião Cássio.